

Comissão de Relações Exteriores promove três audiências públicas nesta semana para analisar a decisão do governo boliviano de nacionalizar as reservas de petróleo e gás natural

Senado chama ministros para debater crise do gás

BANCO DE IMAGENS PETROBRÁS



A oposição bateu duro. Arthur Virgílio disse que Lula “amarelou”, e Antonio Carlos Magalhães acusou o governo de “mentir ao dizer que não haverá aumento do gás”. Mas, para Tião Viana e Roberto Saturnino, o governo agiu com maturidade. O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o Congresso responderá com rigor. A CCJ aprovou a Lei do Gás. Ministros comparecerão ao Senado.

PÁGINAS 3 A 5

Gasoduto de San Antonio, na província de Gran Chaco, Bolívia: investimento da Petrobras

— cidadania

O peso dos impostos

Brasileiro trabalha pelo menos quatro meses por ano para pagar impostos. Tributos devem retornar ao cidadão.

PÁGINA 16

Projeto para revisar a Constituição

PÁGINA 10

CPI dos Bingos ouve Arcanjo na terça-feira

PÁGINA 11

Os planos de Romero Jucá, relator da LDO

PÁGINA 9

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 15

Senado comemora 180 anos de história

Na quarta-feira, dia 10, o Senado realiza, em Plenário, solenidade para comemorar seus 180 anos. Como parte das homenagens, o **Jornal do Senado** lança encarte com uma cronologia da atuação da Casa desde sua fundação, em 6 de maio de 1826.



Com 16 páginas, a publicação chegará nesta segunda aos assinantes de todo o país, exceto os de Brasília, que a receberão durante a semana. A programação inclui ainda especiais na TV e na Rádio Senado e exposições, entre outras atividades.

PÁGINA 15



Capa da publicação que mostra a presença do Senado na história do Brasil

CRISE DO GÁS Comissão de Relações Exteriores fará audiências com ministros, embaixador e presidente da Petrobras

Senado vai debater decisão boliviana

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, na última quinta-feira, a realização de três audiências públicas nesta semana para debater a decisão do governo da Bolívia de nacionalizar as reservas de petróleo e gás. Na mesma reunião, foi retirada de pauta a mensagem do Executivo que indica Frederico Cezar de Araújo para a embaixada do Brasil na Bolívia. O pedido de adiamento da votação, que partiu do relator da matéria, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), levou em consideração a experiência do atual embaixador, Antonino Mena Gonçalves, para lidar com o quadro decorrente da decisão do governo boliviano.

Os requerimentos aprovados pela CRE pedem uma reunião com a presença do embaixador da Bolívia no Brasil, Edgar Camacho Omiste, que deverá



Na última quinta-feira, reunião entre Lula, Chávez, Morales (D) e Kirchner tratou da nacionalização

explicar os motivos que levaram o governo de seu país a decretar a nacionalização. O ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau,

e o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, falarão em outra audiência a respeito das conseqüências que a atitude do

presidente Evo Morales poderá trazer ao abastecimento de gás natural no Brasil. Já com o ministro das Relações Exteriores, Celso

Amorim, os senadores deverão realizar discussão mais ampla e não somente sobre as relações do Brasil com a Bolívia. Todos comparecerão à CRE na condição de convidados.

De acordo com o decreto que determinou a nacionalização, divulgado no último dia 1º, o Estado boliviano passa a ter o controle e a direção da produção, transporte, refinamento, distribuição, comercialização e industrialização dos hidrocarbonetos em todo o país. A medida atinge 20 empresas multinacionais, entre elas a Petrobras, a Repsol e a YPF (Espanha e Argentina), British Gás e British Petroleum (Reino Unido) e a Total (França). A decisão também obriga as companhias estrangeiras instaladas no país a dividirem os lucros derivados do petróleo, dos quais 82% irão para o Estado boliviano.

Estado assume “controle absoluto”

O decreto de nacionalização das jazidas de petróleo e gás da Bolívia, assinado na segunda-feira passada pelo presidente Evo Morales, estabelece que o Estado “recupera a propriedade, a posse e o controle total e absoluto desses recursos”.

Segundo a Agência Brasil, a partir de agora todo o petróleo e todo o gás produzidos no país deverão ser repassados à empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB).

O governo boliviano concedeu

prazo de 180 dias para que as empresas instaladas no país se adaptem às novas regras.

Após a abertura do setor promovida pelo então presidente Hugo Banzer, na década de 90, decidiram investir na Bolívia a britânica BP, a espanhola Repsol e a estatal brasileira Petrobras, que aplicou mais de US\$ 1,5 bilhão no país vizinho.

O decreto presidencial da últi-

ma segunda-feira estabelece que 82% do valor arrecadado com a venda de gás e petróleo ficarão

com o Estado boliviano e que 18% permanecerão nas mãos das empresas atuantes no país.

A YPFB passará a ser responsável pela comercialização dos produtos, definindo condições, volume e preços, tanto no mercado interno como para a exportação.

Empresas têm prazo de 180 dias para se ajustarem às novas regras

Roteiro da nacionalização

O presidente Evo Morales anunciou no dia 1º de maio a nacionalização dos hidrocarbonetos, adotando também medidas como o controle acionário do Estado das duas refinarias da Petrobras e o aumento do imposto sobre o gás de 50% para 82%. Confira os principais pontos do decreto

Estado-proprietário

O Estado recupera a propriedade, a posse, o controle total e absoluto de todos os recursos hidrocarbonetos. Empresas estrangeiras, como a Petrobras, têm 180 dias para se adaptarem às novas condições de exploração e comercialização ou serão expulsas do país.

Tudo com a YPFB

As empresas estão obrigadas a entregar toda a produção de gás natural e petróleo à estatal YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos), a quem caberá fixar as condições de produção e venda, inclusive volumes e preços para dentro e fora do país.

Controle acionário

A estatal boliviana passa a ter controle de no mínimo 50% mais um do capital

votante das empresas estrangeiras, inclusive a Petrobras Bolívia.

Período de transição

Para garantir a continuidade da produção, a YPFB assumirá a operação dos campos das companhias que se negarem a acatar ou impedirem o cumprimento do decreto. Durante os próximos seis meses, 82% da produção caberão ao governo e apenas 18% às companhias.

Novos contratos

O Ministério de Hidrocarbonetos analisará caso a caso os investimentos realizados pelas companhias, os custos de operação e a rentabilidade obtida em cada campo. Os resultados servirão de base para a YPFB determinar a participação definitiva correspondente para as companhias nos novos contratos.

Histórico das nacionalizações

Século 20 foi marcado por governos latino-americanos dispostos a nacionalizar suas economias. Veja os principais casos.

Argentina

1946 - Juan Domingo Perón assume e inicia uma onda de nacionalizações. Na primeira leva, depósitos bancários, serviços telefônicos, gás e até transporte aéreo. 1947 - Nacionalizadas ferrovias inglesas e francesas. 1948 - Emissoras de rádio privadas são compradas pelo governo.

Bolívia

1937 - Levou à chamada Guerra do Petróleo, com o Paraguai. Empresa americana Standard Oil perdeu a concessão. 1969 - A companhia americana Gulf Company foi nacionalizada. 2006 - Tomada do controle das reservas e a entrega da produção das petrolíferas à estatal YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos). Medida afeta 20 empresas multinacionais, entre elas Petrobras, Repsol (espanhola), Total (francesa) e British Gas e British Petroleum (britânicas).

Brasil

1938 - Getúlio Vargas nacionaliza reservas de petróleo do subsolo e as refinarias. 1958 - Governador gaúcho Leonel Brizola nacionaliza a Bond & Share e a ITT. 1971 - Salvador Allende expropria empresas que exploravam cobre e bancos privados.

México

1938 - Lei de Expropriação Petrolera transfere para a recém-criada Pemex (Petróleos Mexicanos) os poços que pertenciam às companhias norte-americanas.

Peru

1968 - Juan Velasco Alvarado dá um golpe de Estado e nacionaliza a americana IPC, principal exploradora de óleo, subsidiária da Standard Oil.



Durante o Estado Novo, Vargas (C) assina decreto-lei que nacionaliza reservas de petróleo e refinarias do Brasil

Racionamento afetaria São Paulo e regiões Sul e Centro-Oeste

A crise do gás boliviano pode afetar principalmente a indústria de São Paulo e dos estados do Sul, em especial setores como cerâmica, vidros, alimentos e bebidas. Do gás utilizado no país, 51% vêm da Bolívia, mas 75% do gás consumido em São Paulo são dos vizinhos andinos, enquanto no Rio Grande do Sul são 70%. Em estados como Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul o índice é de 100% de gás boliviano.

Em caso de interrupção ou redução na oferta do produto, o governo seria forçado a priorizar o abastecimento para os consumi-

dores residenciais ou veiculares e as indústrias seriam as maiores prejudicadas.

Para os especialistas, caso o fornecimento de gás pela Bolívia sofra redução ou interrupção, o Brasil não tem como resolver o problema no curto ou médio prazo. Assim, as indústrias teriam de optar por outro combustível, como óleo diesel, o que, além de encarecer a produção (e elevar os preços dos produtos ao consumidor), impõe prejuízos ambientais.

A Bolívia fornece 26 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia ao Brasil – mais da metade do consumo local.

CRISE DO GÁS Para senadores da oposição, Brasil foi humilhado pela Bolívia; governistas querem negociação madura

Renan assume a Presidência do Brasil

Na última quinta-feira, o senador Renan Calheiros assumiu a Presidência da República em razão de viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para participar de reunião com os presidentes da Argentina, Bolívia e Venezuela.

Em 11 horas como presidente da República interino, Renan despachou com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e com os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Fernando Bezerra (PTB-RN), líder do governo no Congresso. Também realizou audiência com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, com a participação dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN) e Romero Jucá (PMDB-RR).

Renan Calheiros participou ainda da divulgação de um relatório elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho infantil, em solenidade realizada no Palácio do Planalto. À noite, ele compareceu a sessão solene de posse do ministro Marco Aurélio Mello no cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



Como presidente da República interino, Renan foi à posse de Marco Aurélio Mello na presidência do TSE

TRABALHO INFANTIL - Durante cerimônia de apresentação de relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho infantil, Renan Calheiros, no exercício da Presidência da República, disse que a vivência da cidadania é incompatível com a existência de trabalho na infância.

ORIGEM DAS LEIS - Renan comemorou o fato de que, nos últimos 16 anos, 2005 foi o primeiro ano em que a maioria das leis promulgadas teve origem no Congresso. Em 2004, por exemplo, 81% das leis tiveram origem no Executivo e 14% no Congresso.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - O ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, se reuniu na terça-feira com Renan Calheiros para apresentar a prestação de contas do programa de recuperação de estradas implementado pelo governo desde 2005 e para expor projetos a serem priorizados até o fim do governo.

CENTRAIS SINDICAIS - Representantes de entidades sindicais (CGT, Força Sindical, GTB, SDS, CAT e Nova Central Sindical) e do Ministério do Trabalho foram recebidos por Renan Calheiros na quarta-feira. Renan disse que apoiará a regulamentação das centrais.

Tião Viana diz que Lula agiu com maturidade

Tião Viana (PT-AC) leu e comentou na quarta-feira a nota emitida pelo governo brasileiro relativa à decisão do governo da Bolívia de nacionalizar reservas de petróleo e gás natural e de bloquear operações de empresas estrangeiras, entre elas a Petrobras. Para Viana, o governo Lula agiu “com maturidade e determi-

nação” ao reconhecer a soberania boliviana e, ao mesmo tempo, manter a defesa dos “interesses contratuais” brasileiros.

O senador disse acreditar que o Brasil mostrou, com esse posicionamento do governo, que é o líder da América Latina, sem necessitar usar a força ou o poder econômico.

Para Antero, Lula apóia Bolívia contra interesse do Brasil

“O Estado brasileiro está humilhado”, disse Antero Paes de Barros (PSDB-MT) após a reunião entre os presidentes do Brasil, Bolívia, Venezuela e Argentina na quinta-feira.

– Diante da crise, Lula coloca o

PT para defender a Bolívia, contra os interesses nacionais – disse, ao sugerir que o Brasil amplie suas alternativas energéticas e, como forma de impulsionar o agronegócio, utilize oleaginosas na produção de biodiesel.

Sibá propõe comissão para acompanhar negociações

O senador Sibá Machado (PT-AC) propôs criação de uma comissão que participe das negociações entre os governos do Brasil e da Bolívia sobre a questão do gás e do petróleo. Sibá reconheceu que a decisão

boliviana “pegou a todos de surpresa”. Ele leu artigo de Luís Nassif, em que o jornalista avalia que a Petrobras assumiu os riscos quando o mercado de gás no Brasil não estava desenvolvido.

ACM: preço do gás subirá depois das eleições

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) acusou o governo de “mentir ao informar que não haverá aumento no preço do gás”. Para ACM, o governo vai segurar os preços até as eleições e a Petrobras assumirá perdas com as novas regras.

César Borges acusa governo de negligência

César Borges (PFL-BA) acusou o governo de negligência com o setor de energia. O senador previu uma crise, que em sua opinião poderá levar a um novo apagão até 2010, “por conta de uma política de investimentos fracassada”.

DECISÕES

Crise com a Bolívia leva CCJ a aprovar Lei do Gás

Em plena crise diplomática com a Bolívia, o marco regulatório para o setor de gás natural (PLS 226/05) foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao projeto de lei de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) dispõe sobre a importação, a exportação, o processamento, o transporte, a armazenagem, a liquefação, a regaseificação, a distribuição e a comercialização do gás, com a finalidade de aumentar a utilização do produto na economia.

A matéria será submetida ainda às comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI), nesta última em decisão terminativa. Na discussão do projeto, Azeredo lembrou a invasão da Petrobras pelo exército boliviano há dois dias.

Para Tourinho, a aprovação da proposta tem um significado especial porque será uma excelente oportunidade de atrair investimentos externos para exploração das reservas naturais de gás do Brasil, o que, avalia ele, também pode ser uma consequência do

decreto do presidente da Bolívia que nacionalizou a produção e a exploração de petróleo e gás no país.

O projeto incentiva a expansão da produção e da infra-estrutura de transporte e armazenagem já existente no país. Segundo o autor, a criação do marco regulatório para o setor tem a finalidade de estabelecer uma norma legal mais adequada às atividades relacionadas ao gás natural, que, segundo ele, não foram tratadas de forma específica na Lei do Petróleo (Lei 9.478/97), que hoje rege o setor.

Operador Nacional foi retirado do texto

O substitutivo não incorporou proposta do projeto original de criação do Operador do Sistema Nacional de Transporte de Gás Natural (Ongás), com o objetivo de promover o uso eficiente dos gasodutos de transporte e unidades de armazenamento de gás natural para aumentar a confiabilidade do sistema. Segundo o relator, a retirada foi acertada em negociações com o governo federal.

– É mais adequada a criação da figura do “supervisor de gás natu-



Segundo Tourinho, aprovação do marco regulatório estimulará investimentos no Brasil

ral”, que poderá ser exercida pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) – explicou Azeredo.

O projeto de Tourinho tramitava em conjunto com duas outras propostas: os PLSs 100 e 101, ambos do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). Crivella lembrou que o projeto é simples, mas cumpriu sua missão de chamar a atenção do governo para a necessidade de se estabelecer um marco regulatório para o gás natural.

– Temos hoje a oportunidade de aprovar uma lei que vai permitir a discussão de uma fonte energética fundamental para o futuro do nosso país – destacou Crivella.

Auto-suficiência de petróleo tem sessão especial adiada

Foi adiada para data ainda não definida a sessão especial, marcada para a quarta-feira passada, em comemoração da auto-suficiência brasileira na produção de petróleo. O motivo foi o decreto do governo da Bolívia que nacionalizou a exploração de petróleo e gás natural em território boliviano, afetando várias empresas, entre elas a Petrobras.

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ser “um faz-de-conta” afirmar que o Brasil é auto-suficiente em energia.

– Aproveitando o fato de que houve auto-suficiência em petróleo, passa-se a idéia de que houve auto-suficiência também em energia, mas o presidente Evo Morales mostra que o Brasil é dependente em relação ao gás – criticou o senador.

Mozarildo: medidas irão integrar países e beneficiar Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez um apelo para que o presidente Lula implante o mais rápido possível um conjunto de 16 medidas que estão sendo discutidas para melhorar a integração na fronteira entre o Brasil e a Venezuela.

– As medidas visam colocar Roraima no caminho do progresso e do desenvolvimento, gerando mais empregos – afirmou.

Malta teme que presidente boliviano prejudique o Brasil

Magno Malta (PL-ES) disse que o presidente Lula precisa agir com diplomacia com o presidente boliviano, Evo Morales. O senador teme que Morales tome decisões que possam prejudicar o Brasil, como fechar as tubulações do gás proveniente da Bolívia. Para Malta, o presidente da Bolívia foi desrespeitoso ao romper contratos celebrados com o Brasil para cumprir promessas de campanha.

CRISE DO GÁS Oposição vê submissão do Brasil aos interesses bolivianos. Governo defende a unidade continental

Para Saturnino, união do continente é a prioridade

Em dois pronunciamentos – um dos quais pela liderança do PT –, o senador Roberto Saturnino (RJ) afirmou que o governo brasileiro não tomará nenhuma medida hostil ou enérgica contra o governo boliviano, pela nacionalização da exploração de petróleo e gás naquele país, que prejudicou a Petrobras. De acordo com Saturnino, tal medida favorecerá a desagregação sul-americana.

– Obviamente, há um desejo, um propósito de transformar todo esse acontecimento em uma enorme crise sul-americana, que solape definitivamente o grande projeto de integração sul-americana, porque esse é o desejo da “grande potência do Norte”, que sabe perfeitamente que a unidade sul-americana tornará possível resistir às im-



Saturnino: união dos países sul-americanos para enfrentar o neoliberalismo dos EUA

posições da política econômica neoliberal, ditada pelos Estados Unidos da América – destacou Saturnino, acrescentando que o governo brasileiro considera o projeto de integração sul-americana essencial ao próprio desenvolvimento do país.

Renan diz que governo tem de ser duro na defesa do Estado brasileiro

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o governo Lula “tem que ser duro na defesa do Estado brasileiro e da Petrobras”. Ele afirmou que não é possível ser condescendente com insegurança jurídica, quebra de contrato “e com loucura como essa, com desvario como esse”. “No que depender do Congresso, nós vamos agir dessa forma”, completou.

Ideli lembra que opção pelo gás foi feita na gestão FHC

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), citou artigos dos jornalistas Luís Nassif e Clóvis Rossi, ambos da *Folha de S. Paulo*, para defender a política externa do governo Lula contra os ataques da oposição.

Segundo ela, Rossi refrescou a memória daqueles que esqueceram que a escolha do gás da Bolívia como importante matriz energética para o país foi feita

durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Para Ideli, Rossi e Nassif contribuíram com argumentos importantes para o debate sobre a nacionalização das reservas de gás e petróleo da Bolívia. Eles sustentam, por exemplo, que, num mundo globalizado, só é possível um desenvolvimento equilibrado a partir da organização de blocos econômicos regionais.

Marco Maciel defende política externa profissional

Marco Maciel (PFL-PE) defendeu a adoção, pelo Brasil, de uma política externa de caráter profissional e que tenha continuidade. O senador opinou que as decisões devem ser baseadas numa política de Estado, e não de governo. Segundo o parlamentar, o Brasil não conseguiu consolidar instituições necessárias ao processo de inserção regional. Ele citou o caso do Mercosul, que, aos 15 anos de existência, ainda não conseguiu superar conflitos entre seus membros.

Edison Lobão afirma que contrato foi imprudente

Edison Lobão (PFL-MA) declarou em discurso no Plenário que houve imprudência do governo brasileiro ao assumir um compromisso com a Bolívia para o abastecimento de gás no país. Segundo o senador, o governo assinou um documento de forma descuidada, por ocasião do contrato que tratava do abastecimento de gás boliviano para o Brasil, pelo qual pagou milhões de dólares antes de receber o produto.

José Jorge ataca política externa de Lula

José Jorge (PFL-PE) apontou em Plenário o que considera o “fracasso” da política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva, principalmente após a decisão do presidente Evo Morales de nacionalizar as jazidas de petróleo e gás natural na Bolívia, inclusive

as que são exploradas pelo Brasil. O senador lembrou que a atitude atinge diretamente a empresa brasileira Petrobras, com prejuízos de mais de US\$ 1 bilhão, e coloca em risco o abastecimento de gás natural, que deve ter seu preço elevado.

Faltou liderança a Lula, diz Virgílio

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) avaliou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou falta de liderança no encontro com os presidentes da Bolívia, da Venezuela e da Argentina, na semana passada. Para o parlamentar, o governo brasileiro deveria ser mais firme, trazendo de volta seu embaixador no país vizinho, ameaçando com sanções econômicas e levando o caso às cortes internacionais.

– O presidente amarelou. Parece mais preocupado em justificar a atitude da Bolívia do que em defender os interesses do Brasil. Ele não demonstra segurança nem capacidade de enfrentar a crise.

O líder do PSDB avaliou que Lula teria aceitado um papel subalterno ao desempenhado pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, que estaria se tornando

o verdadeiro líder da América Latina.

Virgílio também anunciou a apresentação de requerimento para que o embaixador brasileiro na Bolívia, Antonino Mena Gonçalves, seja convocado pelo Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, onde falaria sobre a crise do gás.

O parlamentar classificou a resposta de Lula “um gesto pequeno por parte da diplomacia brasileira”. Segundo ele, até o primeiro-ministro da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, reagiu com veemência, advertindo o governo boliviano das consequências internacionais do ato.

O senador citou as colunas das jornalistas Dora Kramer (*O Estado de S. Paulo*) e Miriam Leitão (*O*



FOTOS: MOREIRA MARIZ

Para Virgílio, Lula patrocinou “gesto pequeno da diplomacia brasileira”

Globo) criticando a tibieza da nota oficial do governo brasileiro ao gesto de Morales, “que cumpriu promessa de campanha, uma vez que é um político populista”.

Alvaro Dias acusa presidente de “total omissão” na crise

Alvaro Dias (PSDB-PR) acusou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de “total omissão” no episódio do gás boliviano.

– A surpresa não foi a decisão de Evo Morales, porque ele prometia isso desde a campanha eleitoral. A surpresa foi a omissão do presidente Lula, que deveria, a tempo, ter tomado providências para defender os interesses brasileiros. Agora, é preciso uma ação enérgica por parte das autoridades brasileiras – afirmou. Para o senador tucano, “só um projeto geopolítico do presidente Lula justifica a omissão” brasileira na Bolívia.

Alvaro Dias concordou com sugestão do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para que a Comissão de Relações Externas e Defesa Nacional (CRE) não vote a indicação do novo embaixador brasileiro na Bolívia, em protesto pela decisão de Evo Morales. Em apertes, apoiaram a ideia Jefferson Péres (PDT-AM) e Arthur Virgílio (PSDB-AM). O presidente da CRE, Roberto Saturnino (PT-RJ), observou que nesta semana realmente não será possível votar a indicação.

Jefferson lamenta “ato de submissão” do Brasil

A reação do governo brasileiro à nacionalização da exploração de petróleo e gás na Bolívia correspondeu a “um ato de submissão”, que visaria “alimentar os sonhos delirantes de hegemonia continental do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, acusou em discurso o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Para ele, o governo deveria ter adotado “uma reação enérgica em defesa de nossos interesses”, em vez da “nota tibia emitida”.

– Não se trata de invadir a Bolívia ou de romper relações diplomáticas, mas deveria ter sido divulgada uma nota muito dura de advertência – declarou ele.

Jefferson Péres também contestou as afirmações de que o presidente Evo Morales teria exercido o direito de um país soberano. Ele disse que “um país exerce sua soberania respeitando a lei, contratos e acordos internacionais, mas a Bolívia não fez nada disso”.

– Esse país tem acordos com o Brasil, nos marcos dos quais foram firmados os contratos com a Petrobras. Mas tudo isso foi ignorado – ressaltou.

Agripino espera que Bolívia volte atrás em sua decisão

José Agripino (PFL-RN) disse acreditar que a decisão da Bolívia de nacionalizar, por meio de decreto, a exploração de petróleo e gás em seu território – medida que prejudica a Petrobras – deve ser revista pelo presidente Evo Morales, pois o povo daquele país acabará sendo o maior prejudicado, uma vez que, ao demonstrar que não cumpre compromissos assumidos, perde credibilidade e afasta os investimentos estrangeiros.

O líder do PFL também pediu que a diplomacia brasileira volte a atuar com firmeza e cobrou do governo a defesa dos interesses nacionais, entre os quais a geração de empregos no Brasil.

– A soberania que Lula está defendendo é a de Evo Morales, não a do povo brasileiro – frisou José Agripino.

Heloísa: Brasil errou ao não renegociar preços

Ao falar sobre a crise provocada pela nacionalização do gás e do petróleo bolivianos, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) opinou que, se situação similar tivesse ocorrido no Brasil, qualquer governo adotaria a mesma posição. Para a senadora, o erro foi do presidente Lula, que não procurou Evo Morales logo após a posse deste para rediscutir contratos e preços.

– A eleição da Bolívia se deu quase em caráter plebiscitário, em que a população se dividiu entre os que estavam contra e os a favor da nacionalização do gás e do petróleo. Talvez o presidente Lula, tão acostumado a patrocinar a traição aos compromissos eleitorais assumidos, não tenha imaginado que Evo Morales cumpriria sua promessa – afirmou Heloísa.

SEM RISCOS - Romero Jucá (PMDB-RR)

assegurou, em nome do governo, que não há risco de desabastecimento de gás nem de elevação súbita de preços dos combustíveis. Ele disse que a manutenção do comércio de gás entre Brasil e Bolívia é de igual importância para ambos os países. Segundo Jucá, o Brasil consome 26 dos 48 milhões de metros cúbicos de gás produzidos na Bolívia.

MENOS INGENUIDADE - Ramez Tebet (PMDB-MS)

criticou a postura da diplomacia brasileira com relação à Bolívia e pediu uma atitude mais firme e menos ingênua nas negociações com o país vizinho. Para o senador, a nacionalização da produção de petróleo e gás em território boliviano era uma medida previsível, uma vez que foi prometida por Evo Morales durante a campanha eleitoral, de forma que o Brasil já deveria estar preparado para reagir.

COMISSÕES



Governo conseguiu três importantes modificações no Fundeb na CCJ, na última quarta-feira

Fundeb é aprovado com nove emendas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concluiu a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 9/06) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) em substituição ao atual Fundef, que era destinado apenas ao ensino fundamental.

O texto-base do substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE) já havia sido aprovado, com parecer a 29 emen-



José Jorge, relator

das. Mas ficou para a última quarta-feira a votação de outras nove emendas apresentadas por dois senadores do PT: o líder do governo, Aloizio Mercadante (SP), e Sibá Machado (AC).

Pela proposta, o Fundeb terá vigência até o ano 2020 e será composto com 20% da receita do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre Transmissão de Bens e Direitos Causa Mortis

(ITCD), dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), do Imposto sobre Produtos Industrializados destinados à exportação (IPI-Exp), da transferência da União aos estados e municípios resultante da compensação pela desoneração de ICMS (Lei Kandir) e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Uma das principais diferenças entre o Fundeb e o Fundef é que este último atende apenas alunos do ensino fundamental, enquanto o Fundeb será estendido também aos estudantes do ensino infantil – incluindo as creches que abrigam crianças de zero a cinco anos – e do ensino médio.

Prazo de contribuição da União é dilatado

Uma das emendas incorporadas à PEC 9/06 dilata o prazo que a União terá para aumentar seus investimentos no Fundeb. Pela proposta, o governo federal deverá repassar ao novo fundo R\$ 2 bilhões no primeiro ano de vigência, R\$ 3 bilhões no segundo ano e R\$ 4,5 bilhões no terceiro. No texto do relator, esse comprometimento seria de R\$ 4,5 bilhões já no segundo ano e, do terceiro em diante, 10% da soma de receitas dos fundos referentes ao ano anterior, que agora passam a ser aplicados a partir do quarto ano.

Para evitar que o governo não cumprisse os prazos fixados pela lei, José Jorge havia acrescentado no substitutivo proibição de contingenciar recursos orçamentários destinados ao Fundeb pela União.

O contingenciamento seria considerado crime de responsabilidade. Emenda dos senadores petistas tentou retirar essa proibição do texto final, sob a alegação de que essa previsão já consta no artigo 160 da Constituição. Mas a maioria dos integrantes da CCJ preferiu manter o artigo, considerado necessário, pois a União, mesmo com a previsão constitucional, não vem complementando o atual Fundef.

O PT conseguiu, porém, inserir emenda que altera a previsão de reajuste anual dos valores investidos pelo governo federal no Fundeb com base no “índice oficial de inflação” para a atualização, “de forma a preservar, em caráter permanente, o valor real da complementação da União”.

Outra vitória importante para

a base do governo foi retirar do texto final do substitutivo artigo que previa a instituição de um piso salarial nacional aos professores da rede pública de ensino, por meio de lei federal, já na regulamentação do Fundeb.

Em compensação, o PT não conseguiu retirar do substitutivo a previsão de que parte dos recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) seja destinada ao financiamento da educação infantil.

Pela Constituição federal, a arrecadação dessas contribuições é destinada ao programa de seguro-desemprego e ao pagamento anual de abono de um salário mínimo, feito a empregados de baixa renda.

Nova regra para os crimes hediondos

Projeto de lei do senador Demostenes Torres (PFL-GO), que dispõe sobre a progressão do regime de pena para os crimes hediondos, foi aprovado na CCJ em decisão terminativa. A proposta (PLS 48/06) impõe a prisão em regime fechado no início da pena, mas autoriza o juiz, a depender da conduta do detento primário, sem outra condenação pelo mesmo delito, a conceder o regime semi-aberto desde que pelo menos metade da pena já tenha sido cumprida.

Com a iniciativa, relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), o autor pretende evitar que os condenados por crimes hediondos ganhem direito a regime de

progressão para regime mais brando em tempo mais curto (atualmente, um sexto da pena), usufruindo dos mesmos benefícios assegurados a indivíduos julgados por crimes tidos como mais leves.

Para prisioneiros reincidentes no mesmo crime, a proposta aprovada só permite a concessão de regime semi-aberto depois do cumprimento de dois terços da pena em regime fechado.

São considerados hediondos, entre outros, os crimes de latrocínio (roubo seguido de morte), estupro e extorsão mediante seqüestro. De acordo com a Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/90), a pena para esses

delitos deve ser cumprida integralmente em regime fechado. Ao propor novas regras, Demostenes está antecipando-se à possível derrubada do mecanismo contido na lei que impede a progressão.

O que motivou a preocupação de Demostenes Torres foi decisão do Supremo Tribunal Federal, em fevereiro último, de que o dispositivo da Lei 8.072/90 fere o princípio constitucional que garante a individualização da pena.

Embora válida apenas para a ação específica julgada, Demostenes avalia que a decisão tende a ser acompanhada pelos juízes em casos semelhantes.

Vai à Câmara aposentadoria para as donas-de-casa

Após discussão em Plenário – que envolveu uma acalorada polêmica entre os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Romero Jucá (PMDB-RR) –, o PLS 318/05 foi enviado à Câmara dos Deputados. O projeto, do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), prevê a concessão de aposentadoria para donas-de-casa e outros trabalhadores de baixa renda.

Pelo texto, terá direito a aposentadoria o contribuinte individual com renda mensal de até dois salários mínimos e que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência. O recolhimento para a Previdência será de 11% sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário de contribuição.

O debate teve início quando Tourinho afirmou que o recurso pelo exame da matéria em Plenário – já aprovada, em caráter terminativo, na Comissão de

Assuntos Sociais – teria sido apresentado fora do prazo, que venceu no último dia 28. Segundo Antonio Carlos, a base governista teria apresentado o recurso no dia 2, mas o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que presidia a sessão, disse que o recurso fora de fato entregue no dia 28.

Logo em seguida, Antonio Carlos criticou os senadores que assinaram o recurso, citando Romero Jucá, Tião Viana (PT-AC), Ideli Salvatti (PT-SC) e Leomar Quintanilha (PCdoB-TO).

– Os que assinaram são inimigos dos aposentados e das donas-de-casa – acusou.

Em resposta, Jucá afirmou que o recurso “não quebrava nenhum acordo” e visava submeter a matéria ao Plenário, “já que trata da Previdência Social e, por isso, é extremamente importante”.

O envio à Câmara foi decidido após Garibaldi Alves (PMDB-RN) retirar sua assinatura, inviabilizando o recurso, que deixou de ter o número mínimo exigido de apoios – no caso, nove.



Projeto de Pedro Simon amplia proteção aos idosos pelo Ministério Público



Lobão aproveitou sugestão dos supermercadistas e quer isenção fiscal para cesta básica

Projeto garante atuação do MP em favor dos idosos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou projeto de lei (PLS 362/05) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que altera o Estatuto do Idoso para assegurar a atuação do Ministério Público na obtenção gratuita de medicamentos, prevista no estatuto.

De acordo com o PLS, caberá ao MP promover e acompanhar as ações de medicamentos, além de promover ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados ao idoso, como o acesso a alimentos e medicamentos. Também fica estabelecida pena de dois meses a um ano, além de multa, para quem privar o idoso desse acesso, e de reclusão de quatro anos até 12 anos se essa omissão resultar em morte.

O projeto veio melhorar a redação do Estatuto do Idoso, especialmente ao tornar crime a questão de negar o acesso a alimentos e remédios – disse o senador Paulo Paim (PT-RS), autor do estatuto.

A proposição apresentada por Pedro Simon segue agora para a CCJ, onde receberá decisão terminativa.

Também foi aprovado o projeto

de resolução (PRS 82/05) que institui o Diploma Wladimir Herzog de Direitos Humanos, para reconhecer a atuação de pessoa ou instituição na promoção dos direitos humanos. A entrega dos diplomas, nas modalidades Atuação e Memória, será no dia 10 de dezembro, quando se celebra a adoção, pelas Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O projeto será submetido ainda à CCJ e à Comissão Diretora do Senado.

Uma sugestão da sociedade, apresentada pela Associação Capixaba de Supermercados, foi aprovada e transformada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) em duas proposições. A primeira acrescenta inciso ao artigo 150 da Constituição para conceder isenção de impostos aos gêneros essenciais à alimentação básica. A outra é um projeto para permitir a comercialização, por supermercados, de medicamentos cuja venda não dependa de apresentação de prescrição médica, além de permitir que os estabelecimentos hoteleiros e similares possam dispor desses medicamentos para atender aos seus clientes.

COMISSÕES

Projeto assegura vagas para universitário carente

A Comissão de Educação (CE) aprovou projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que reserva 15% das vagas em universidades particulares para alunos com renda familiar *per capita* máxima de um e meio salário mínimo (PLS 1/04). Pelo projeto, que tramitou na CE em decisão terminativa, um terço desses 15% fará jus a 80% de desconto na anuidade e os outros dois terços terão redução de 50%.

Para a manutenção do benefício, os estudantes serão obrigados a comprovar frequência e desempenho acadêmico suficientes, a cada ano. Em seu parecer favorável, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) argumentou que a proposição dará uma contribuição importante para atingir uma das principais metas do Plano Nacional de Educação: a elevação do número

de matrículas no ensino superior. Pelo plano, até 2011, 30% dos jovens entre 18 e 24 anos deverão estar matriculados no ensino superior. Neste momento, esse percentual é inferior a 10%, afirmou.

Zambiasi apresentou duas emendas, aprovadas juntamente com o projeto, para dirigir a medida às instituições de ensino universitário privado que gozam de benefício fiscal e para permitir que se incluam, na apuração dos 15% dos beneficiados, as bolsas já previstas na lei, a exemplo das concedidas pelo Programa Universidade para Todos (ProUni).

A CE aprovou ainda o projeto de lei do Senado (PLS 9/06) que institui 20 de novembro como o Dia Nacional do Biomédico. A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Augusto Botelho (PDT-RR).

Aprovados nomes de diretores da CVM e Adene

Dois novos diretores de órgãos públicos tiveram suas indicações aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na semana passada. Para a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi aprovada a designação da economista Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, por 17 votos favoráveis e um contrário. Francisco José Rabelo do Amaral, funcionário de carreira do Banco do Nordeste, teve seu nome acolhido para a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), com 15 votos a favor e três contra. Agora, as indicações serão votadas em Plenário.

Na sabatina, Maria Helena salientou que a nova Lei das So-

iedades Anônimas vem dando contribuição importante para a modernização do mercado de ações e que a consolidação do ciclo das taxas de juros vai permitir que o segmento se torne mais competitivo e atraente para os investidores, com destaque para os fundos de pensão.

José Rabelo do Amaral observou que há ainda grandes desafios a serem vencidos no Nordeste, que tem mais de 50% da população nacional e apenas 15% do produto interno bruto. Também lembrou que metade dos que passam fome no país estão no Nordeste, mas mostrou confiança nas possibilidades de reversão do quadro com a ação das agências.

CAE autoriza empréstimo para estado do Tocantins

A CAE aprovou, na mesma reunião, autorização ao estado do Tocantins para contratar crédito externo de até US\$ 106,2 milhões junto ao Capitalia Gruppo Bancário - MCC, da Itália, com garantia da União. Os recursos serão destinados à construção de 70 pontes, necessárias à estruturação do sistema rodoviário do estado. Com aporte de contrapartida do governo do Tocantins, os investimentos no projeto alcançam US\$ 125 milhões.

Antes da votação, o senador João Ribeiro (PL-TO) fez um longo discurso para se defender de recentes acusações na imprensa de seu estado de que estaria criando obstáculos à aprovação do empréstimo. Disse que estava sendo apresentado como "traidor" dos interesses do Tocantins



João Ribeiro

por ter tomado a iniciativa de apresentar requerimento solicitando o adiamento da decisão, medida que julgou necessária para assegurar o exame de informações complementares, como as condições do pagamento do crédito e as localidades beneficiadas.

O senador acabou pedindo a retirada do requerimento, que seria apreciado antes da votação do pedido de empréstimo. Porém, ao mesmo tempo, apresentou uma segunda proposição, com pedido para que o Tribunal de Contas da União (TCU) passe a acompanhar a execução do contrato. Ele justificou que a medida é cabível, já que a União é garantidora do empréstimo, correspondente à segunda fase do projeto de pontes.

Acerto de contas pode dar fôlego à Varig

Em audiência pública para discutir a crise no Grupo Varig e apontar alternativas para salvar a companhia da falência, o procurador de Fundações da Procuradoria Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Antônio Carlos Avelar Bastos, defendeu, na semana passada, o que classificou de "encontro de contas", ou seja, a quitação de dívidas da União com a Varig e vice-versa, para que a empresa possa sair do "sufoco financeiro" e iniciar o pagamento aos demais credores.

Para o procurador, o governo tem obrigação de socorrer a Varig, pois foi justamente o congelamento de tarifas por parte do governo, que teria dado início ao endividamento da empresa, que completa 75 anos nesta terça-feira.

– É inconcebível que o poder concedente, por uma medida arbitrária [congelamento de tarifas], cause tamanho dano à Varig e depois tente afastar a sua responsabilidade, que é flagrante e inquestionável – afirmou Bastos.

A Varig acumula uma dívida estimada em R\$ 9 bilhões, valor que cresce diariamente em R\$ 900 mil, apenas com a Infraero, em tarifas de pouso, decolagem e permanência. Essa é a terceira audiência pública promovida em conjunto por quatro comissões da Casa: Serviços de Infra-Estru-

tura (CI), Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS) e Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Segundo o procurador, o encontro de contas representará um aporte financeiro de cerca de R\$ 1,1 bilhão à Varig, já que o governo deve em torno de R\$ 4,6 bilhões para a companhia, que, por sua vez, deve R\$ 3,5 bilhões em impostos.

– Não será nenhum favor por parte do Estado, mas sim uma obrigação para com a Varig – explicou Bastos, para quem essa operação "é perfeitamente viável".

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou que o Senado já vem acompanhando a crise da Varig há três anos. Paulo Paim (PT-RS) se disse "esperançoso" em relação a uma solução para a crise da companhia nos próximos dez ou 15 dias. Para Pedro Simon (PMDB-RS), o governo está consciente da sua responsabilidade com relação à Varig e "não



Jefferson Péres, Pedro Simon e Paulo Paim acompanham audiência: Senado tem atuado

vai assassinar a empresa, pois seria um absurdo que ficaria carimbado para o resto da vida". Na tentativa de salvar a empresa, Romeu Tuma (PFL-SP) acha que é possível parcelar a dívida dos estados com a Varig.

Nova audiência foi marcada para a próxima quinta-feira, para a qual serão convidados os governadores ou representantes dos estados de São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Distrito Federal, unidades da Federação que mais devem à Varig.



Paulo Rabelo de Castro, consultor econômico da associação dos empregados, alerta: custo social do fim da Varig é muito elevado

Empresa é recuperável, diz consultor

O consultor econômico da associação dos trabalhadores do Grupo Varig, Paulo Rabelo de Castro, afirmou na audiência pública no Senado que a empresa é recuperável e que, para o sucesso do plano, o governo não precisa injetar dinheiro na empresa e sim aumentar os prazos para o pagamento das dívidas junto à Infraero e à BR Distribuidora.

O economista informou que a extinção da Varig poderá gerar um custo social ao Estado de R\$ 10 bilhões. Para o consultor, o Brasil não deve desperdiçar o patrimônio público e deve dar mais atenção a setores importantes.

– Com a Varig voando, empregos estarão garantidos e os credores ganham. Com ela parada, o governo não recebe nada e ainda paga – observou Rabelo.

O presidente da Comissão de

Serviços de Infra-Estrutura, Heráclito Fortes (PFL-PI), disse que o objetivo das audiências públicas é dar transparência à discussão.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) concordou que a situação da Varig é um problema nacional e disse que "forças ocultas insistem em mantê-la no chão". Heráclito condenou, durante a reunião, o presidente do BNDES, Demian Fiocca, que pela segunda vez não atendeu a convite para participar das discussões acerca da crise da Varig.

Em Plenário, o senador Magno Malta (PL-ES) defendeu uma solução negociada entre governo, empresários e funcionários da companhia. Ele sugeriu a criação de um programa nos moldes do Proer, auxílio aos bancos financiado pelo BNDES concedido durante o governo Fernando Henrique.

Senadores vão ao STJ pedir agilidade no caso

O senador Paulo Paim comunicou que um grupo de trabalho coordenado por ele pretende encontrar-se com o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Raphael de Barros Monteiro, para pedir que aquele tribunal acelere o julgamento, em última instância, sobre o acerto de contas da Varig.

Ele explicou que a decisão do STJ é importante para que se conheçam os créditos aos quais a empresa tem direito e, a partir disso, viabilizar o plano de sua recuperação. O anúncio foi feito pelo senador durante audiência pública conjunta realizada na semana passada por quatro comissões permanentes do Senado.

Paim informou ainda que o Instituto Aerus de Seguridade Social decidiu suspender a assistência médica aos funcionários da Varig e pediu que eles entregassem suas carteirinhas. Em um gesto simbólico de protesto por essa decisão, em vez de devolverem as carteirinhas ao Aerus, funcionários que participavam da audiência entregaram-nas ao presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

COMISSÕES

Domésticos mais perto do seguro-desemprego

Uma das principais reivindicações dos trabalhadores domésticos, a concessão obrigatória do seguro-desemprego conseguiu avançar no Senado. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) que endossa projeto de lei da Câmara assegurando o benefício aos que desempenharam essa atividade por pelo menos 15 meses em dois anos, contados a partir da dispensa sem justa causa.

O projeto, que obteve regime de urgência para votação em Plenário, desvincula o direito do seguro-desemprego à inscrição do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), conforme prevê a legislação (Lei 10.208/01). Como cabe ao empregador decidir se recolhe ou não o FGTS, apenas 1% dos domésticos que possuem carteira assinada no país, de acordo com a Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos, consegue esse benefício. Ou seja, apenas essa parcela mínima de domésticos tem direito ao seguro-desemprego.

A autora do projeto, deputada Almerinda de Carvalho (PMDB-RS), sustenta que, além de a legislação “não produzir os efeitos desejados”, porque a esmagadora maioria desses empregados continua sem acesso a esse direito trabalhista, a vinculação ao FGTS não se justifica. Isso porque a fonte que financia o seguro-desemprego é o Fundo de Amparo ao Traba-

lhador (FAT). A área econômica do governo não apóia o projeto, argumentando que ele implicará indesejável aumento nos gastos da União.

Desconto no IR para empregador é aprovado

Outra vitória dos trabalhadores domésticos foi obtida na Câmara, que aprovou na última quinta-feira o projeto de lei de conversão (PLV) proposto pela deputada Sandra Rosado (PSB-RN) à Medida Provisória 284, que autoriza o empregador a abater do Imposto de Renda Pessoa Física os 12% que recolher à Previdência Social a contar de janeiro deste ano. O benefício é sobre um salário mínimo e limitado a um trabalhador por declaração.

Antes de enviar o PLV ao Senado, os deputados precisam votar os dez destaques apresentados ao relatório de Sandra, na sessão desta terça-feira. A maioria, segundo a deputada, pretende acabar com o limite fixado pelo governo de um trabalhador por declaração. No seu PLV, a relatora conseguiu emplacar a proibição de o empregador descontar do salário pago aos domésticos o fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia.



JANE ARAUJO

Crivella: incentivo fiscal a patrões é uma saída para escassez de verbas públicas reservadas à população de baixa renda

Investimento em moradia poderá ser deduzido do IR

Os empresários poderão ter incentivo fiscal ao investirem na construção de habitação para os seus funcionários. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo de Marcelo Crivella (PRB-RJ) a projeto que autoriza o Executivo a instituir programa de incentivos fiscais ao empregador, pessoa física ou jurídica, para facilitar o acesso de seus empregados de baixa renda à moradia própria (PLS 412/05).

Pela proposta, os patrões que aderirem ao programa poderão deduzir as despesas no Imposto de Renda devido, desde que comprovem a aplicação dos recursos em edificação, melhoramentos ou regularização de moradias para seus empregados com renda familiar mensal de até cinco salários mínimos. O texto, apoiado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Paulo Paim

(PT-RS), vai a Plenário.

A CAS aprovou ainda parecer de Wellington Salgado (PMDB-MG) a projeto do deputado Cezar Schirmer (PMDB-RS) que regulamenta a profissão de supervisor educacional (PLC 132/05), a ser ocupada por graduados em pedagogia ou pós-graduados em supervisão educacional. Pedro Simon (PMDB-RS), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Paulo Paim e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiaram a proposta.

Também foi acolhido requerimento de Patrícia Saboya (PSB-CE) para audiência visando discutir projeto de Simon que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância (PLS 340/05). A CAS aprovou ainda requerimento de Paim que pede urgência na votação de projeto que altera fórmula de cálculo de benefícios da Previdência (PLS 296/03).

Substitutivo de Crivella aprovado na CAS vai a exame do Plenário



JOSÉ CRUZ

Patrícia Saboya relatou projeto de lei da Câmara que amplia acesso ao benefício

Cláusula da boa-fé é inserida na CLT

A CAS aprovou também substitutivo do senador Paulo Paim (PT-RS) a projeto de lei do deputado Sandro Mabel (PL-GO) que prevê que as relações de trabalho devem ser permeadas de probidade e boa-fé, visando ao progresso social do empregado e à realização das metas da empresa, em um ambiente de cooperação mútua (PLC 11/06).

A proposta, que acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),

tem o objetivo, segundo o autor, de promover a cultura de confiança dentro da empresa, inserindo a cláusula geral de boa-fé na legislação como “norteadora das relações individuais e coletivas de trabalho”. Segundo Paim, o projeto faz com que a empresa cumpra sua responsabilidade social.

– Nessa relação de boa-fé se leva também em conta o interesse da parte mais fraca, que é o trabalhador – afirmou.

CPI da Emigração ouve comerciante

Ao depor na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, o comerciante José Madeira Martins Fernandes, de 65 anos, negou estar envolvido com o desaparecimento de Carla Vicentini, ocorrido em 9 de fevereiro. Ele reconheceu ter hospedado a moça de 22 anos e sua amiga, Maria Eduarda Ribeiro, por alguns dias em seu apartamento na cidade de Newark, no estado de Nova Jersey (EUA), porque era amigo de seu pai, Orlando Vicentini.

José Fernandes afirmou que, nos 42 anos em que mora no mesmo endereço, em Newark, nunca hospedou moças, tendo aberto exceção apenas para Carla, por conta da amizade com seu pai, que era seu contador em Goioerê (PR).

Há algumas semanas, a CPI

mista ouviu depoimento de Tânia Vicentini, mãe de Carla, que lançou suspeitas sobre o comportamento de José Fernandes, bem como sobre uma possível participação de Maria Eduarda no episódio do desaparecimento de Carla. As duas moças foram para os Estados Unidos por intermédio de um programa de intercâmbio de estudo e trabalho, mas abandonaram a cidade onde deveriam ficar e decidiram ir para Newark, localidade bem próxima de Nova York. O sumiço de Carla foi comunicado à polícia dos Estados Unidos, que fez buscas e investigações na região, mas nada descobriu.

Em seu depoimento, José Fernandes sugeriu que fossem investigadas as pessoas que arranjaram trabalho para as duas moças, no Bar Adegas

– estabelecimento, segundo ele, de “duvidosa reputação”, situado na mesma rua de seu apartamento. José Fernandes disse, ainda, que a rua tornou-se perigosa nos últimos tempos, em função da presença de “quadrilhas organizadas”.

O presidente da comissão, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), propôs que fosse tomado o depoimento de Maria Eduarda e, depois, realizada uma acareação entre os dois. Ambas as propostas foram aprovadas pela CPI.

Para o deputado Hermes Parcianello (PMDB-PR), que também é de Goioerê e amigo da família Vicentini, é essencial que o consulado do Brasil em Nova York contrate um advogado norte-americano para acompanhar o caso. Ele próprio já foi a Newark e falou com a polícia local, mas não conseguiu obter nenhuma informação que ajudasse a descobrir o que aconteceu com Carla.

Morador dos EUA nega envolvimento com sumiço de brasileira

ORÇAMENTO Jucá pretende entregar relatório até 30 maio e votá-lo até 9 de junho na Comissão de Orçamento

Relator promete votação ágil da LDO

Conhecido no Congresso por desempenhar “missões espinhosas” em prazo exíguo, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) costuma brincar com essa fama. “Quando era menino, meu bicho de estimação era um porco-espinho e eu comia pequi”, diz ele em tom bem-humorado. Designado oficialmente na última quarta-feira relator do projeto que dará as cartas para a montagem do Orçamento do novo governo, a Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO) para 2007, Jucá pretende entregar o seu relatório em tempo recorde, no dia 30 de maio, somente um dia depois da publicação das emendas, e concluir sua votação em 9 de junho, na Comissão de Orçamento. O senador informou que a audiência com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, deve ser nesta quinta-feira. Se não houvesse problemas a resolver no texto do Executivo, não teria dificuldade

em cumprir um cronograma tão apertado. Mas Jucá, que já foi relator do Orçamento de 2005 e da reforma tributária de 2003, irá lidar com questões tão delicadas como a decisão do governo de suprimir a Lei Kandir do rol de despesas livres do contingenciamento e evitar que as disputas políticas compliquem a votação do Orçamento, como ocorreu em 2006. Ele adiantou ao *Jornal do Senado* o que estuda apresentar em seu relatório.

Da maneira como veio a LDO, os recursos orçados para compensar os estados exportadores, a chamada Lei Kandir, poderão ser bloqueados pelo governo, uma vez que foram suprimidos do anexo V que acompanha o projeto de lei. Como o senhor pretende administrar essa queda-de-braço entre a área econômica e os governadores, que ajudou a emperrar a votação do Orçamento deste ano?

Deveremos discutir o assunto com o governo, porque é inadmissível que não tenhamos mecanismo automático de desoneração das exportações pactuado antes da confecção do Orçamento. A Lei Kandir deveria ter terminado no final do governo Fernando Henrique, porque os recursos federais cobririam as desonerações temporariamente. Em tese, com o crescimento das exportações, com mais industrialização e com mais capacidade produtiva para exportar, se geraria atividade econômica que supriria a perda de receita dos estados. A previsão era de que em dois ou três anos não houvesse mais abalo na arrecadação estadual por conta do incentivo. Pouco antes de o presidente Lula assumir, os governadores se mobilizaram e houve entendimento para estender por mais um ano a Lei Kandir. Só que já se vão três anos, nas condições difíceis de negociação que se conhece.

A proposta do governo é criar um mecanismo permanente que leve em conta tanto as exportações quanto as receitas estaduais de importação. A ajuda federal seria complementar. Quero discutir isso no meu relatório. Acho importante tratar da Lei Kandir na LDO com a responsabilidade de buscar um modelo. Não simplesmente com a posição de postergar uma situação instável como é atualmente.

O senhor voltaria a incluir esse dinheiro no rol de despesas federais que não podem ser contingenciadas?

Não discuti isso ainda. Mas posso colocar no anexo V se ficar pactuado algum tipo de entendimento.

O Confaz, que reúne os secre-



Jucá deve manter critério de correção do salário mínimo e metas do superávit fiscal no relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias

tários de Fazenda, não aceitou as propostas feitas pelo governo até agora, e estuda uma contraproposta. O senador Rodolpho Tourinho já avisou que deve apresentar um projeto em comum acordo com os secretários. O senhor vai articular esse entendimento entre governo, Confaz e Legislativo?

Ainda desconheço a proposta do Confaz. Há disputa interna entre os próprios governadores em torno da desoneração, tanto na forma de calcular quanto na de partilhar os ressarcimentos. Vou ter contato com o Confaz, com os ministérios da Fazenda e do Planejamento para verificar em que condição está isso. A LDO pode fazer uma sinalização nesse sentido. Pode até mesmo selar o compromisso para que esse novo modelo esteja contemplado no Orçamento de 2007. Não há receita pronta. Mas é uma questão prioritária, complexa e emergencial. Não dá para postergar mais esse entendimento.

Os prazos não são muito exíguos para se costurar um entendimento? Afinal, se tenta há um bom tempo chegar a um acordo, sem sucesso. A última proposta do governo foi criar um novo fundo, substituindo inclusive a Lei Kandir.

Vou tratar disso a partir desta semana. Estou acostumado com missão espinhosa. Quando era menino, meu bicho de estimação era um porco-espinho e eu comia pequi. A premência do tempo apressa decisões. Quem tem muito prazo, demora para decidir. A LDO pode ser o espaço para se discutir o assunto e acelerar o entendimento.

O governo substituiu o limite de 17% do PIB para conter despesas com pessoal, encargos sociais e custeio da máquina, fixado pela LDO de 2006, por uma redução de pelo menos 0,1% do PIB estimado este ano.

Esse limite de 0,1% para conter as despesas é melhor. Vale para o geral. Há vários dispêndios que não podem ser comprimidos, como a Previdência Social. Mas uma das providências que quero adotar é a diminuição de gastos de custeio do governo. Estou estudando medidas de diminuição de gastos específicos, como diárias, passagens, publicidade, consultoria etc. Queremos sinalizar a redução de gastos com a máquina administrativa.

O senhor vai alterar o dispositivo que já teve repercussão negativa no Congresso por autorizar o governo a gastar as dotações previstas no projeto do Executivo se ele não for sancionado até o fim do ano? O senhor está estudando experiências

estaduais como as de São Paulo e a da Bahia?

O mecanismo de liberação de 1/12 dos gastos de custeio da LDO de 2006 é interessante, mas paralisa um pouco a ação pública. Ele compromete os investimentos. Por isso é necessário adaptá-lo de forma a ter mecanismo que alcance os investimentos de um modo geral, inclusive o das estatais. No entanto, isso deve ser entendido como algo emergencial, uma válvula de escape. O raciocínio que se tem de formatar para a LDO e para o Orçamento é de como aprovar essas leis. Isso é o principal. Estou analisando as experiências de alguns estados que têm uma boa prática para não paralisar a máquina pública.

O dispositivo que obriga submeter previamente à Secretaria de Orçamento Federal qualquer ato que crie despesa obrigatória será mantido?

Despesa obrigatória é algo que precisa ser visto de forma cuidadosa, de maneira responsável. É preciso se ter controle e criar sistemática sobre isso. Todo controle para diminuir despesa é bom. Os limites de despesas obrigatórias são de magnitude que chegam quase a inviabilizar a confecção do Orçamento.

Existem outras novidades na LDO?

Quero discutir a questão das contrapartidas de municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador da ONU que avalia aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos baixos, nos convênios para obter recursos federais. Minha idéia é diminuir as contrapartidas dos que não têm capacidade de investimento. Hoje elas estão na faixa de 3% a 8% do conveniado. Mas há município que não agüenta nem isso. Quero definir um limite de IDH, abaixo do qual a contrapartida seja zero. Ou seja, defender os mais pobres. Atualmente, a contrapartida de um município normal é 10%. Isso parece justo, mas não é. Porque quem tem dinheiro para dar contrapartida em projeto é quem tem dinheiro sobrando. Os municípios mais ricos têm condições de dar contrapartida,

os mais pobres não têm. Nesse caso, se termina levando os convênios mais para municípios ricos do que para os pobres. Vou inverter a lógica. Vai ser parecida com Robin Hood.

Mas não é necessário também reduzir a burocracia para que pequenos municípios tenham acesso às transferências voluntárias da União? Conforme a Confederação Nacional dos Municípios, com o atraso na aprovação do Orçamento deste ano e as restrições da legislação eleitoral, a maioria das prefeituras não conseguirá obter esse dinheiro.

Tenho proposta para isso, mas não é na LDO. O governo federal tinha que ter um cadastro único de todas as prefeituras em um só local, ou no Ministério do Planejamento ou no da Integração. Os dados cadastrais seriam atualizados somente lá, e as consultas pela internet. Cheguei a esboçar um projeto nesse sentido. Com esse cadastro valendo, a prefeitura poderia fazer convênio em qualquer lugar. Isso dispensaria aquela entrega de documentação, de ata de posse de prefeito, de certidão. Acabaria com a atual burocracia, diminuiria gasto das prefeituras e do governo, agilizando os convênios.

Municípios carentes poderão ser isentos de contrapartida

O presidente da CMO, deputado Gilmar Machado, falou em reabilitar o projeto de finanças públicas, onde ficaria a parte normativa da LDO. Isso pode ser feito ainda este ano?

A LDO deveria ser algo sucinto, simples, transparente e imperceptível. Como é hoje, ela abriga uma legislação complementar, que ano a ano entra de carona na LDO, porque é importante para manter os controles. O que quero fazer? Não é retirar isso da LDO de 2007, porque enquanto não se aprovar a revisão da lei de finanças públicas ela ficaria sem normativo. Mas a idéia é separar essa parte e retomar com urgência a revisão da legislação complementar, para que nos próximos anos a LDO não tenha esse tipo de legislação de carona. A LDO é uma lei que vale para um ano, e a de finanças públicas é uma lei permanente. O que se tem hoje é um quebra-galho.

CONSTITUIÇÃO Proposta em debate é de que o Congresso eleito em outubro reavalie cinco capítulos da Carta

Câmara pode aprovar revisão constitucional para 2007



O texto constitucional é excessivamente analítico e exacerba de modo inconveniente os limites dos poderes públicos, convertendo-se em um instrumento de ingovernabilidade e instabilidade política. Com esses argumentos, os defensores de mudanças profundas e de emendamento do texto constitucional tentam emplacar uma revisão da Constituição a partir de 1º de fevereiro do ano que vem.

Na semana passada, a comissão especial da Câmara que analisa a proposta de emenda à Constituição (PEC 157/03) do deputado Luiz Carlos Santos (PFL-SP) só não votou o relatório do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) por falta de quórum. Nova reunião com esse objetivo foi marcada para esta quarta-feira, às 14h30.

De acordo com a proposta, a "Assembleia de Revisão Constitucional" seria integrada por deputados e senadores eleitos em outubro próximo, instalada em 1º de fevereiro de 2007 e prazo máximo de 12 meses de funcionamento. Como na Constituinte de 1987/88, a discussão da matéria objeto da revisão seria feita no sistema unicameral, e a votação no sistema bicameral.

Como ocorre atualmente com as PECs, o texto final da revisão constitucional seria promulgado depois de realizados dois turnos de



Deputado Roberto Magalhães, relator da proposta: para estancar a "enxurrada de mudanças pontuais"

discussão e votação, mas o quórum para aprovação seria reduzido de três quintos (49 votos no Senado e 308 na Câmara) para a maioria absoluta de votos de cada Casa (41 votos no Senado e 257 na Câmara). O relator incluiu no texto a previsão de uma consulta popular a ser

realizada no primeiro domingo de abril de 2008 para referendar o novo texto.

Para afastar as críticas de que a revisão pode mexer em direitos fundamentais, Magalhães explicitou em seu relatório a proibição de restrições a esses direitos ou à possibilidade de participação popular na elaboração de leis, por meio de plebiscito, referendo ou apresentação de projetos.

Para isso, ele listou que a revisão constitucional tem por objeto apenas a organização dos Poderes, o sistema eleitoral e partidário, o sistema tributário e as finanças públicas, a organização e as competências das unidades da Federação e o sistema financeiro nacional.

O relator também sugere que, para manter a coerência da Constituição, após a revisão proposta só poderiam ser feitas

novas alterações em intervalos nunca inferiores a cinco anos.

– A revisão constitucional poderá estancar a enxurrada de mudanças pontuais da Carta, buscando introduzir alterações importantes de forma sistêmica e racional – diz Magalhães.

Parlamentares criticam poder "autoconcedido"

Os parlamentares contrários à idéia de realizar uma revisão constitucional nos moldes propostos pela PEC em tramitação na Câmara questionam a legitimidade da medida, uma vez que seria um poder concedido pelo Congresso, ou seja, pelo Poder Constituinte derivado.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) considera que a Constituição transformou-se em um "monstro", mas que, apesar disso, o debate sobre uma revisão constitucional deve ser feito a partir de um plebiscito, em que a população manifestaria se quer uma transformação dessa proporção e se isso deve ser feito por uma assembleia convocada exclusivamente para esse fim ou pelo Congresso.

– Como está colocada, sou contra. A Constituição já está sendo desconstruída cotidianamente e, com esse mandato dado a deputados e senadores por eles mesmos, haveria a destruição do pouco que se conquistou em 1988 – reclamou.

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), um quórum mais baixo para aprovação de alterações da Constituição é algo "perigoso". Outro problema apontado por ele estaria nas consequências da revisão, pois, após o emendamento da Constituição que os defensores da proposta almejam, ele prevê um impasse para reconstruir o que seria retirado.

Na Câmara, membros da comissão especial vêm resistindo e adiando a análise da PEC, que, caso não seja aprovada em



Heloísa Helena acha que decisão de revisar ou não a Carta deve ser dos eleitores

tempo hábil, não poderia ser adotada já em 2007.

– O que há é a possibilidade clara de grande retrocesso, no qual as conquistas da sociedade, especialmente em áreas como educação, saúde, família, meio ambiente, serão desconstituídas e relegadas a um plano secundário, sem as garantias e a força normativa da Carta federal – disse o deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), que apresentou relatório alternativo com os deputados Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e Odair Cunha (PT-MG).

Adversário da proposta, o deputado Alceu Collares (PDT-RS) entende que modificações na Constituição apenas por maioria absoluta de votos e a realização de uma revisão não prevista pelo texto original de 1988 infringem o artigo 60 da Constituição, cujo espírito é a adoção de critérios que impõem maior dificuldade para a mudança do texto.

Defensores da PEC querem diminuir Constituição

O tamanho da Constituição e sua descaracterização por dezenas de emendas aprovadas desde 1988 são, via de regra, os principais argumentos dos defensores da proposta que prevê uma revisão em 2007.

Ainda como ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim afirmou à comissão da Câmara que "a Constituição precisa, necessariamente, de uma 'lipoaspiração'". Para Jobim, o excesso de constitucionalização leva a uma transferência de poder do Legislativo para a magistratura, à qual cabe fiscalizar os textos infraconstitucionais. Ao contrário de outros juristas ouvidos pelos deputados, ele não considera que a PEC fira cláusulas pétreas. Outro argumento de Jobim incorporado pelo relator na Câmara é de que as Constituições brasileiras não são fruto de momentos de ruptura, mas de transição.

Para o senador Fernando Bezerra (PTB-RN), a PEC pode reparar uma falha, uma vez que a revisão constitucional de 1993, prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não aconteceu de fato. Por conta disso, ele acredita que o grande número de PECs hoje existente pode ser analisado de modo sistemático e concentrado.

As diversas alterações na Constituição de 1988, na opinião do senador Amir Lando (PMDB-RO), desfiguraram o texto, que não tem mais harmonia interna. Segundo ele, há dispositivos que poderiam estar na legislação infraconstitucional.

– É preciso realizar um expur-

go de dispositivos impróprios que estão no texto constitucional, de forma a dar lógica normativa ao que se transformou em uma colcha de retalhos – afirmou.

Lando também acredita que a simplificação do quórum prevista na PEC pode ser um elemento operacional que permita ao Parlamento realizar as reformas.

– Se a PEC for levada ao conhecimento do povo, haverá uma delegação específica e o poder dos deputados e senadores revisores terá emanado do povo – avalia.

Para o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), é a governabilidade do país que está em jogo. Reformas trabalhista, sindical, tributária, eleitoral e política são urgentes, na sua opinião.

– A Constituição não pode inviabilizar a economia do país. Alguns dispositivos eram justos em 1988, antes da queda do Muro de Berlim, mas caducaram – observou.



Fernando Bezerra, defensor da tese: revisão prevista para 1993 não aconteceu de fato

Para juristas, proposta fere o texto em vigor

Em pelo menos dois pontos, a proposta em discussão na Câmara tem constitucionalidade duvidosa, segundo juristas ouvidos pela própria comissão e pelo **Jornal do Senado**. O primeiro deles é que o artigo 60, que dá as normas para emendar a Constituição, seria, também, uma cláusula pétrea, uma vez que foi escrito pelo Poder Constituinte originário – a Assembleia Constituinte de 1988.

Assim, a Constituição só poderia ser alterada com o quórum exigido atualmente (três quintos dos votos em cada Casa). Além disso, os juristas consideram que a atual Constituição previa apenas uma revisão, que já ocorreu em 1993.

Em audiência pública na comissão, o jurista paulista Fábio Konder Comparato defendeu que "as normas de alteração de ordem de uma Constituição são de interpretação restrita e vinculam todos os Poderes constituídos e até mesmo o povo soberano". Em síntese: o rito das emendas não pode ser flexibilizado. Para ele, uma consulta posterior à aprovação do texto – como um referendo – não resolveria o problema.

O segundo ponto de constitucionalidade questionável é o fato de alterar as eleições de outubro a menos de um ano do pleito, desrespeitando o princípio constitucional da anualidade (o mesmo que manteve a verticalização das coligações nas eleições deste ano).

Almeida Lima defende nova Constituinte

Não é só a Câmara que debate a idéia de mudar a Constituição em 2007. O senador Almeida Lima (PMDB-SE) apresentou em 2005 uma proposta de emenda à Constituição (PEC 43/05) que convoca uma Assembleia Nacional Constituinte, a partir de 1º de fevereiro de 2007, composta pelos senadores e deputados eleitos em outubro deste ano. Porém, diferentemente da proposta em tramitação na Câmara, ele não menciona quórum para aprovação das matérias ou assuntos a serem tratados pela Constituinte, uma vez que, na sua proposição, a assembleia seria soberana para tomar essas decisões.

– A nossa atual ordem constitucional exige, aos brados, sua reforma integral – justifica.

Na opinião do senador, o princípio federativo está superado, uma vez que o Congresso demorou demais para redefinir competências legislativas, tributárias e administrativas da União, dos estados e dos municípios. Ele também observa obsolescências no processo legislativo, como no caso de vetos presidenciais e medidas provisórias, e no Judiciário, apesar da reforma realizada recentemente.

CRISE POLÍTICA Suspeito de participar do assassinato de Celso Daniel e prestará depoimento em Cuiabá

GERALDO MAGELA



Garibaldi anunciou que pretende apresentar o relatório da CPI no fim do mês e espera a votação do texto no início de junho

Requerimentos polêmicos podem ser votados

A votação de requerimentos polêmicos pela CPI dos Bingos, antes prevista para a semana passada, foi adiada para esta quarta ou quinta-feira. O senador Efraim Moraes, presidente da comissão de inquérito, deverá colocar em votação os assuntos que estão pendentes há semanas por falta de quórum na comissão. Mas o presidente da CPI adverte que será necessária a presença da maioria dos membros do colegiado para que a votação ocorra.

Entre os requerimentos está o que pede a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do presidente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, acusado de pagar contas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da filha dele, Lurian Cordeiro. Outro assunto pendente é a convocação, para depoimento, do ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso, acusado de envolvimento na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.

A CPI dos Bingos também realiza nesta terça-feira audiência destinada a ouvir o presidente da Federação Brasileira dos Bingos (Febrabingo), Carlos Eduardo Canto. Na audiência

deve ser abordado um dos obstáculos para a legalização desse tipo de jogo no país: a imagem que é atribuída às casas de bingo de serem locais de lavagem de dinheiro e de terem ligações com o crime organizado.

O relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), afirmou que pretende apresentar o relatório da comissão no fim deste mês. O objetivo, de acordo com Garibaldi, é que os senadores do colegiado consigam apreciar e votar o documento até, no máximo, o início de junho.

O senador informou ainda que envolvidos no assassinato do então prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, terão indiciamento sugerido, bem como integrantes da chamada "república de Ribeirão Preto" (ex-assessores de Antonio Palocci na prefeitura paulista, acusados de tráfico de influência).

Em entrevista à Agência Senado, Garibaldi disse que, quando da apresentação do relatório final, colocará para análise da CPI a proposta de realização de um plebiscito para saber se a população deseja ou não a legalização das casas de bingo. A consulta popular proposta por Garibaldi seria feita nas eleições municipais de 2008.

Garçom diz ter ouvido plano para matar Toninho

O garçom Anderson Ângelo Gonçalves (conhecido como Jack) confirmou em depoimento à CPI dos Bingos que assistiu a reuniões na casa de bingo em que trabalhava e onde supostamente teria sido planejado em 2001 o assassinato do então prefeito de Campinas (SP), Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT. A comissão colheu o depoimento a portas fechadas. As informações foram apresentadas à imprensa por Alvaro Dias (PSDB-PR), ao deixar a sala de reuniões da CPI.

De acordo com Alvaro, Jack presenciou as reuniões, sem que os participantes percebessem, porque dormia no local de trabalho, uma casa de bingo em São Paulo. Depois disso, teria recebido ofertas em dinheiro (R\$ 200 mil) "para ficar calado" e teria sido ameaçado diversas vezes, por telefone, recebendo

alertas para não prestar depoimento.

O presidente da CPI, Efraim Moraes, e o relator, Garibaldi Alves Filho, apresentaram Anderson para depor. Efraim informou que o garçom havia telefonado na semana anterior para a assessoria da CPI, manifestando o desejo de falar à comissão, "por sentir-se ameaçado". Anderson solicitou que o depoimento e sua presença em Brasília fossem mantidos em sigilo e pediu garantia de vida para ele e sua família.

A comissão ouviu também o vereador de Amparo (SP) Luís Oscar Jacob (PP), que preside a CPI que investiga as pressões que Anderson teria sofrido para não depor. O que mais chamou a atenção dos senadores foi o relato de que o garçom teria sido dopado antes de prestar depoimento à Justiça.

CPI dos Bingos ouve Arcanjo nesta terça



Um grupo de senadores integrantes da CPI dos Bingos deverá tomar nesta terça-feira, em Cuiabá (MT), o depoimento do ex-policial civil João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, suspeito de ter participado em 2002 da trama que culminou com o assassinato do então prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, do PT. O crime está sendo investigado pela CPI.

Há suspeitas de que Arcanjo era sócio, em empresas de transporte, de Ronan Maria Pinto, acusado de participar do esquema de propina na prefeitura de Santo André. Arcanjo e o empresário utilizariam a mesma *off-shore* no Paraguai para suposta lavagem de dinheiro.

O grupo de senadores ouvirá Arcanjo na Penitenciária Regional Pascoal Ramos, onde ele cumpre pena de 37 anos de prisão

por homicídio, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Ele é apontado como chefe do crime organizado e de toda a rede de jogo ilegal no estado de Mato Grosso.

A previsão é que o depoimento tenha início às 10h. O presidente da CPI, senador Efraim Moraes (PFL-PB) – que não viajará para Cuiabá –, defende a realização do depoimento em audiência pública, mas caberá às autoridades estaduais de segurança dar a palavra final, segundo informações

da secretaria da CPI.

Sob a coordenação de Romeu Tuma (PFL-SP), vão a Cuiabá os senadores Wellington Salgado (PMDB-MG), Sibá Machado (PT-AC), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) e Leomar Quintanilha (PCdoB-TO). Alvaro Dias (PSDB-PR), que estava escalado para viajar, comunicou que não participará da comitiva por causa de suas novas atribuições como líder da Minoria no Senado, função para a qual foi indicado na semana passada.



Presidente da CPI dos Bingos, Efraim Moraes (esquerda, em conversa com Raupp e Tião Viana) defende a realização do depoimento em audiência pública

Antero nega ligação com o Comendador

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) contestou a acusação de que ele teria pedido dinheiro para a campanha eleitoral de 2002 a João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, considerado um dos cabeças do crime organizado em Mato Grosso. A acusação foi feita pelo próprio Arcanjo, em reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* na semana passada.

– Nunca fiz empréstimo, nem recebi doação, nem autorizei ninguém a fazê-lo em meu nome.

Nunca recebi nenhum benefício dessa gente e desafio qualquer um a provar o contrário – disse o senador, autorizando a abertura de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico.

Antero lembrou ter solicitado investigações mais aprofundadas sobre as atividades de João Arcanjo, tendo inclusive sugerido a punição do ex-policial no relatório paralelo que apresentou quando presidia a CPI do Banestado, encerrada sem que fosse votado um documento

final. Na época, ele também teria pedido intervenção nas empresas de Arcanjo, que estariam sendo usadas para fazer remessa ilegal de dinheiro para o exterior e lavagem de dinheiro.

O senador afirmou ainda que as acusações de que é alvo partem de pessoas envolvidas com o crime organizado em seu estado. Destacou, além de Arcanjo, o juiz Julier Sebastião da Silva, que o acusou, em fevereiro, de fazer caixa dois em campanhas eleitorais.

Ex-secretário da Receita pede legalização

O ex-secretário da Receita Federal Osiris Lopes Filho defendeu a legalização dos bingos em todo o país ao falar perante a CPI dos Bingos na terça-feira. Para ele, deveria haver um projeto de lei que retire esse tipo de jogo da ilegalidade, uma vez que ele emprega cerca de 60 mil pessoas, distribuídas em mais de mil estabelecimentos comerciais.

Osiris tentou tranquilizar os membros da comissão de inquérito ao debater com os senadores a suposta ligação de casas de bingo com a lavagem de dinheiro. A explicação que ele deu para desfazer esse

conceito é que a margem de ganho para cada apostador é muito pequena. Portanto, não haveria a possibilidade de uma pessoa ganhar muito dinheiro com as apostas.

Para Osiris, é possível prevenir fraudes

A legalização do jogo de bingo deveria vir acompanhada, no entender do ex-secretário, de algumas medidas preventivas. Como exemplo, citou a identificação do jogador, por meio da apresentação de seu número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Outra medida que poderia ser adotada é a

proibição de menores de 18 anos nos estabelecimentos, mesmo que na qualidade de assistente.

O ex-secretário da Receita defendeu ainda o afastamento das grandes empresas do controle do jogo e a descentralização da atividade – ou seja, caberia aos estados e municípios administrar o setor.

Segundo Osiris, o bingo está na cultura do brasileiro e é jogado de forma prazerosa, especialmente por idosos. O tributarista disse estranhar que até hoje o bingo esteja inserido no que qualificou de "uma autêntica anarquia jurídica".

JANE ARAUJO

PLENÁRIO

Senado aguarda conclusão da Operação Sanguessuga

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que aguarda o resultado das investigações da Polícia Federal sobre a chamada Operação Sanguessuga para tomar as providências necessárias. A Polícia Federal prendeu, na quinta-feira, 46 acusados de fraudes por meio de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

– É necessário que haja o esclarecimento definitivo pela Polícia Federal e pelo Ministério Público para que possamos tomar as providências que a sociedade cobra

– declarou.

Renan afirmou que, com o resultado do inquérito, se for necessário, encaminhará o assunto à Corregedoria Parlamentar ou ao Conselho de Ética. No caso de investigações envolvendo parlamentares, esse procedimento é automático, acrescentou.

Renan voltou a defender mudanças no sistema de aprovação do Orçamento. Em sua opinião, o atual sistema está esgotado.

Já o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), pediu à Mesa a divulgação da lista de parla-

mentares acusados de participar de fraudes ao Orçamento.

– A Polícia Federal está de parabéns. Não é possível ver parte do Congresso indo contra a maré de moralidade exigida pela sociedade – declarou.

Ele justificou a exigência de divulgação dos nomes de parlamentares acusados de desvio, por não aceitar que a opinião pública veja o Congresso como “covil de salteadores”.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) defendeu a criação de uma comissão do Se-

nado para acompanhar a PF na apuração sobre o esquema com emendas parlamentares para a compra de ambulâncias.

Antero condenou a divulgação do nome da deputada Thelma de Oliveira (PSDB-MT) entre os envolvidos no esquema. Ele disse que a denúncia deve ter sido equívoco. Em defesa de Thelma, o senador apresentou as emendas feitas por ela em 2004 e 2005 ao Orçamento. Disse que, diante desse fato, é fundamental que haja uma comissão acompanhando as investigações.

Simon quer Itamar na disputa pela Presidência

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu o nome de Itamar Franco como alternativa ao PT e ao PSDB na disputa pela Presidência da República. Ele criticou a ala do seu partido que não quer candidatura própria. “A última chance é o PMDB apresentar candidatura própria, e acho que deve ser a do Itamar”, afirmou.

Senadora destaca avanço contra trabalho infantil

Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou o sucesso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), apontado em relatório da OIT. Entre 1992 e 2004, houve redução de até 61%. O Peti foi criado há 10 anos, quando ela era secretária de Assistência Social de FHC.

José Jorge pede rapidez na votação do Fundeb

José Jorge (PFL-PE) fez um apelo para que a proposta de emenda à Constituição que institui o Fundo da Educação Básica (Fundeb) seja logo votada pelo Plenário do Senado. Ele lembrou que a matéria beneficia alunos e professores de toda a rede de ensino do país.

Ensino a distância é defendido por Edison Lobão

O ensino a distância pode ser uma alternativa para a falta de professores e os déficits na educação, afirmou Edison Lobão (PFL-MA). Para ele, se o Brasil não tem condições de cumprir as recomendações da Unesco e contratar mais docentes, talvez tenha para adotar esse método de ensino em determinadas áreas.

Paim propõe PEC da candidatura independente

Paulo Paim (PT-RS) anunciou ter apresentado proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a candidatura sem filiação partidária a qualquer cargo dos Poderes Executivo e Legislativo. Segundo ele, 40 parlamentares apoiaram a iniciativa, já adotada em vários países.

Renan enaltece atuação de Ellen Gracie

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, irá assumir interinamente a Presidência da República em uma próxima oportunidade. Ele afirmou ter assumido interinamente a Presidência apenas por ter chegado sua vez na linha sucessória. E aproveitou para destacar a importância histórica de Ellen Gracie como presidente do Supremo.

– No dia em que a circunstância possibilitar a posse da ministra Ellen, será um dia de muito orgulho para todos nós, pela admiração que temos por ela. É uma mulher exemplar, uma grande juíza, competente, que vai orgulhar a todos nós – afirmou Renan, na sexta-feira.

O presidente do Senado negou ter sido convidado pelo



Renan: em breve, presidente do Supremo assumirá a Presidência da República

presidente Lula para a reunião com outros três presidentes sul-americanos em Puerto Iguazú, na Argentina, na última quinta-feira. Disse ainda que a passagem pela Presidência deixou clara sua intenção de não ser o candidato a vice na chapa de Lula para a reeleição.

– Muita gente escreveu durante muito tempo que eu gostaria de ser candidato a vice, e neguei em várias entrevistas. Viram

agora uma demonstração sobejamente contrária – enfatizou, recebendo homenagens de vários senadores em Plenário.

Posse do novo presidente do TSE

Na quinta-feira, durante a posse do novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio Mello, Renan assegurou que o novo presidente “terá o apoio em tudo que busque a transparência, a verdade eleitoral”.

– O ministro Marco Aurélio fez um discurso conseqüente, duro, é claro, mas um discurso necessário, absolutamente necessário – disse.

Renan afirmou ainda que tem cobrado alterações na legislação eleitoral, e lutou para mudá-la. Segundo ele, o Senado alterou a legislação – que não conseguiu caminhar suficientemente na Câmara dos Deputados – para evitar a repetição dos fatos danosos que aconteceram na última eleição.

Alvaro elogia presidente do TSE

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) observou que o novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio Mello, revelou em seu discurso de posse, na quinta-feira, disposição para conter a corrupção, tanto nos processos eleitorais como nos procedimentos do próprio tribunal. Na opinião do senador, o ministro não exagerou ao afirmar que notícias sobre envolvimento de pessoas públicas em corrupção tornaram-se banais.

– Acreditamos que a disposição do ministro signifique mudança de rumo. Marco Aurélio no TSE será um desestímulo à corrupção – disse.

Parlamentares cobram soluções para crise no campo

Ao mencionar protesto de agricultores e caminhoneiros com o fechamento de rodovias em Rondônia, o senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que a economia do estado se encontra em “severa crise” provocada pelos baixos preços da soja e do arroz e pela precariedade das rodovias do estado. Ele defendeu uma ação emergencial para sanar os problemas dos produtores rurais, que, disse, não têm como pagar suas dívidas, já que os preços de itens como arroz, soja e carne estão abaixo dos custos de produção.

Também em Mato Grosso, conforme o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), os produtores realizam manifestações e protestos em busca de atenção do governo federal para

a “grave crise da agropecuária nacional”. O senador João Batista Motta (PSDB-ES) criticou o presidente Lula pelo que considera uma política cambial danosa para a agricultura. Segundo ele, o dólar, para compensar os exportadores, teria que estar a R\$ 2,80.

O senador César Borges (PFL-BA) fez um apelo ao presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, para que coloque em votação o veto total do presidente Lula ao projeto de lei da Câmara (PLC 142/05) que trata da renegociação das dívidas rurais na região Nordeste. Ele criticou a medida

provisória (MP 285/06) em substituição à matéria, classificando-a de inócua.

Para o senador Leonel Pavan (PSDB-SC), o apoio à agricultura familiar no governo Lula é um “discurso vazio”. Segundo ele, a omissão é clara quando o governo apóia as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e, no entanto, “nada faz” pela reforma agrária nas terras improdutivas. Já o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu a concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativo Agropecuário para os servidores do Ministério da Agricultura.

Preços de itens como arroz, soja e carne estariam abaixo dos custos

PACTO FEDERATIVO - Heráclito Fortes (PFL-PI) informou ter acompanhado o pré-candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, em encontros com prefeitos de cidades mineiras no qual se discutiu o pacto federativo. Segundo o senador, o discurso do tucano foi muito bem recebido.

– O modelo de Alckmin, que reduz impostos e aumenta o poder de investimento do Estado, é o que todo prefeito sonha – comentou.

PECUÁRIA - Ao comentar a Exposição Internacional de Gado Zebu (Expozebu), realizada em Uberaba (MG), Aelton Freitas (PL-MG) destacou o debate sobre a questão sanitária animal. Ele relatou que foi enviado pedido ao Ministério da Agricultura e a governadores em que os participantes solicitam mais recursos para pequenos produtores e assentados rurais investirem no setor.

SUPLENTE - O primeiro suplente de Gerson Camata (PMDB-ES), Marcos Guerra (PSDB), volta a assumir o mandato nesta terça-feira. Camata licenciou-se para assumir a Secretaria de Desenvolvimento, Infra-Estrutura e Transportes do governo do Espírito Santo. Na última quarta-feira, tomou posse Antônio João (PTB), suplente de Delcídio Amaral (PT-MS), que licenciou-se para articular sua candidatura a governador daquele estado.

TV SENADO - Até o final de 2006 a TV Senado estará sendo transmitida em sinal aberto a várias capitais do país, segundo declarou o presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele respondia a Alvaro Dias (PSDB-PR), que disse estar recebendo e-mails pedindo explicações sobre a expansão da emissora, que tem sinal aberto apenas para Brasília, e nas demais chega via TVs por assinatura.

Voz do Leitor

TV DIGITAL

“Solicito que os senhores senadores pressionem o governo para que, na questão da TV digital, seja adotado o padrão brasileiro, que é o sistema mais moderno que existe. Ele supera todos os outros padrões e é o único adaptado à realidade brasileira. O projeto já está pronto, tem qualidade superior, e outros países da América Latina e da África vão adotar esse padrão. Adotar o padrão brasileiro é, além de tudo, conquistar, nesse segmento, a independência tecnológica do Brasil.”

Jonas dos Santos Chagas, de Santa Rita do Sapucaí (MG)

RENOVAÇÃO DA CARTEIRA DE MOTORISTA

“Sou favorável ao projeto de lei para que deixe de ser obrigatório, ao motorista que não tem multas, fazer cursos ao renovar sua carteira de motorista (PLS 276/05). Isso é um incentivo ao bom motorista. Sugiro ainda que os motoristas que são obrigados a fazer a reciclagem tenham a causa de suas multas analisadas, para que os cursos sejam direcionados aos tipos de infração que eles cometeram.”

José Ribamar Araújo Carneiro, de Parnaíba (PI)

MEGA-SENA

“Senador Efraim Morais, gostaria que fosse apurado o que acontece nas loterias, especialmente na Mega-Sena da Caixa Econômica Federal, que dificilmente tem um acertador quando o prêmio é baixo e, quando supera R\$ 30 milhões, geralmente só tem um acertador, que, muitas vezes, não vai buscar o dinheiro. Os sorteios são

feitos pelo ‘caminhão da sorte’ em locais longínquos, como no interior do Acre, de Mato Grosso, quando todos os sorteios deveriam, na minha opinião, ser realizados em Brasília, que é a sede da Caixa, com a presença de fiscais da Receita Federal, de apostadores e de órgãos interessados do Poder Executivo. E eles não permitem que os apostadores coloquem o seu CPF para garantia do recebimento.”

Sonilton Campos, de Brasília (DF)

AUSÊNCIA NO PLENÁRIO

“Sugiro que os senadores que faltarem às sessões no Plenário tenham algum tipo de punição.”

Murilo Augusto de Medeiros, de Mamanguape (PB)

MULTAS

“Viajando pelas rodovias do Brasil, vemos centenas de automóveis presos nos postos da Rodoviária Federal por conta de multas de valor exorbitante. Em alguns casos, após dois ou três anos, a soma das multas já ultrapassa o valor do veículo. Sugiro um projeto de lei para viabilizar a quitação dessas multas antes que os veículos se transformem em sucata.”

Tarcísio Araújo, de Caicó (RN)

VOTO ABERTO

“Todos os parlamentares deveriam seguir o exemplo dos deputados do Partido Verde, que decidiram abrir seus votos no Plenário da Câmara. Essa é a forma de todos nós ficarmos sabendo como cada parlamentar está votando.”

Marivaldo Serra Filho, de Conde (BA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

VOTO OBRIGATÓRIO

Antônio Cristovam Leitão, de Quixeramobim (CE)

“Senador José Jorge, por que no texto da reforma política que está em tramitação no Congresso Nacional não há a proposta de se retirar a obrigatoriedade do voto para todos os cidadãos?”

O senador José Jorge (PFL-PE) responde:

Caro Antônio Cristovam, na realidade, sempre são apresentadas propostas para se acabar com a obrigatoriedade do voto no Brasil, mas no Congresso Nacional essa posição ainda é minoritária. Por esse motivo, acredito que a medida tem pouca chance de ser aprovada no contexto da reforma política em discussão, mesmo porque o Brasil tem uma democracia ainda muito recente. Nós enfrentamos em diversas fases da nossa história períodos ditatoriais, regimes autoritários, de tal maneira que essa questão, pelo menos nos próximos anos, deverá, na minha opinião, continuar sendo tratada com base no voto obrigatório. As pessoas precisam exercer o direito e o dever de votar, direito este que em muitas ocasiões lhes foi negado. No futuro, quando tivermos uma democracia mais consolidada, acredito que o voto passará a ser um direito de todo cidadão, mas o exercício do voto ficará a critério de cada um de nós.



DEVERES DA UNIÃO

Sérgio Augusto Dibner Maravalhas, de Curitiba (PR)

“Senador, foi publicada no jornal Estado de Minas uma reportagem sobre os gastos feitos pelos municípios com matérias pertinentes aos estados e à União.

O que o Senado Federal pode fazer para acabar com essa arbitrariedade, que não condiz com a Carta de 1988?”

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) responde:

Você tem toda razão, meu caro Sérgio Augusto. Eu acho que a legislação sobre impostos deve e pode mudar. Ultimamente, o Congresso Nacional tem aprovado uma série de impostos que são na verdade truques contábeis para não se fazer justiça aos municípios brasileiros. O Brasil não cria novos impostos, mas introduz, por exemplo, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e institui uma série de outras contribuições que, na verdade, não constituem tributos que possam beneficiar os nossos municípios. Eu sou a favor da municipalização dos serviços públicos, mas acho que ela deve ocorrer com a devida contrapartida de repasse, pela União, dos recursos necessários para isso aos municípios.



ERRATA – O nome do leitor que fez a pergunta sobre agentes de saúde à senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), publicada na semana passada, é Vilmar Bezerra Silva, de Sumé (PB).

Frases

“Já disse a ele que as canetas do presidente da República se manteriam intactas, a não ser que haja absoluta necessidade”

Renan Calheiros, logo após assumir a Presidência da República, durante viagem do presidente Lula à Argentina.

“Agora vocês vão ter um presidente que gosta de dar entrevistas”

Luiz Inácio Lula da Silva, aos jornalistas, na transmissão do cargo para Renan Calheiros.

“Lula agiu com maturidade e determinação ao reconhecer a soberania boliviana e, ao mesmo tempo, manter a defesa dos seus interesses contratuais”

Tião Viana, rebatendo críticas sobre a reação do governo brasileiro à decisão boliviana de nacionalizar o gás e o petróleo.

“O Brasil está negociando de cócoras, por meio da liderança do presidente da Venezuela, Hugo Chávez”

Antero Paes de Barros, ao criticar as posições do presidente Lula na crise do gás com a Bolívia.

“Talvez o presidente Lula, tão acostumado a trair compromissos eleitorais, não tenha imaginado que Evo Morales cumpriria sua promessa”

Heloísa Helena, sobre a decisão do governo boliviano de nacionalizar as reservas de gás e petróleo.

“A candidatura tem tudo para decolar, e não vamos ficar dando uma de administrador de aeroporto para dizer quando ela vai subir”

Arthur Virgílio, ao ser cobrado sobre as dificuldades do candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, para melhorar sua posição nas pesquisas de opinião.

“Antigamente, ao atacar suas vítimas, os ladrões as ameaçavam com ‘a bolsa ou a vida’. Hoje, no interior nordestino é: ‘o voto ou a bolsa’”

Antonio Carlos Magalhães, que acusou o governo de usar o Bolsa Família como instrumento de barganha política.

Foto da Semana

Antes de viajar à Argentina, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva transmitiu interinamente a Renan Calheiros a Presidência da República, na manhã de quinta-feira, na Base Aérea de Brasília. Renan assumiu o comando do governo por impedimento do vice-presidente, José Alencar, que acompanhou Lula, e do presidente da Câmara, Aldo Rebelo, que estava no Paraguai



J. FREITAS

Impasse com a Bolívia no Conexão Senado

Os desdobramentos da decisão do presidente da Bolívia, Evo Morales, de nacionalizar as reservas de gás e petróleo ocuparam o noticiário nacional e internacional. No Senado, uma das ações imediatas foi a aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do projeto de lei que define uma política nacional do gás, englobando importação, exportação, processamento, transporte, distribuição e venda do gás natural. Ainda há muita dúvida sobre

como a decisão boliviana vai afetar a economia brasileira. Para analisar melhor o assunto, o programa *Conexão Senado* da Rádio Senado promove debate nesta segunda-feira, a partir das 12h.

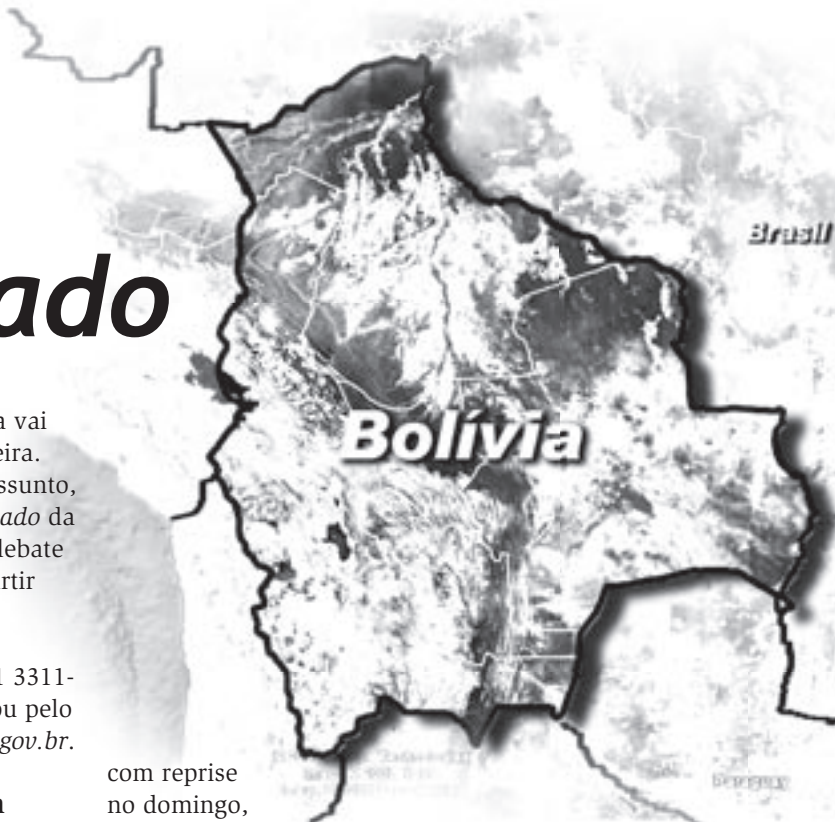
O ouvinte também pode participar por telefone 61 3311-1261, fax 61 3311-2777 ou pelo e-mail conexao@senado.gov.br.

Prosa e Verso mostra obra de Machado

Após apresentar a obra *O Elogio da Loucura*, de Erasmo, o programa *Prosa e Verso*, que vai ao ar neste sábado, às 9h,

com reprise no domingo, às 16h, mostra a paráfrase *O Elogio da Vaidade*, de Machado de Assis, um dos principais contos do escritor brasileiro.

Mais informações sobre a programação da Rádio Senado podem ser obtidas na internet, no endereço www.senado.gov.



TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Cidadania
13h30 - Espaço Cultural
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

Livro apresenta descrição detalhada da nossa flora

Karl Friedrich von Martius, médico e botânico alemão, veio ao Brasil agregado à "Missão Austríaca" que acompanhava dona Leopoldina, que se casaria com o então príncipe dom Pedro, em 1817. Entre 1817 e 1820, von Martius percorreu o interior do país, passando pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí,

Maranhão, Pará e Amazonas. Nessa viagem, o cientista descreveu de forma abrangente a flora brasileira, em trabalho conjunto com o zoólogo Johans Baptist von Spix, além de pintores e desenhistas que integravam a missão.

A obra inclui 22.767 espécies em cerca de 3.811 desenhos de plantas, flores, frutos e sementes, de impressionante qualidade e com grande

riqueza de detalhes, sendo 1.071 estampas litográficas. A publicação da obra iniciou-se em 1840 e foi concluída em 1906. Os 116 fascículos – que integram o acervo da Biblioteca do Senado – foram agrupados em 56 volumes. Essa importantíssima coleção foi citada no Primeiro Catálogo da Biblioteca do Senado, editado em 1898.



Quase 23 mil espécies de plantas, flores, frutos e sementes estão na obra

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Flora brasiliensis: sive enumeratio plantarum in Brasilia hactenus detectarum quas cura musei caes. reg. palat. vindobonensis suis aliorumque botanicorum studiis descriptas sub auspiciis ferdinandii i austriacae imperatoris et ludovici i. bavariae regis. ediderunt stephanus endlicher et carolus frid. phil. de martius. Vindobonae: Frid. Beck, 1840-1906. 116 v. em 56., il.*

As resenhas e as imagens de obras raras, veiculadas quinzenalmente neste espaço, foram produzidas pela Biblioteca do Senado. Mais informações podem ser obtidas no site www.senado.gov.br/sf/biblioteca, pelo e-mail sbib@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-3943.

SENADO

Jornal especial conta 180 anos de história

O **Jornal do Senado** publica nesta semana edição especial, de 16 páginas, com a trajetória do Senado em seus 180 anos de história, comemorados dia 6 de maio, e sua importância para o país.

O Senado foi adotado como parte do sistema bicameral instituído no Brasil a partir da primeira Constituição, em 1824. Desde então, os senadores foram responsáveis por governar o país,

especialmente no Império, onde serviram como regentes entre o Primeiro e o Segundo Reinado, e, na prática, como primeiros-ministros de dom Pedro II.

A atuação de senadores como Duque de Caxias, Rui Barbosa e Luiz Carlos Prestes faz parte do especial, que acompanha os avanços e retrocessos institucionais do país.

A edição será distribuída como encarte especial do **Jornal do**

Senado aos assinantes de todo o país, exceto em Brasília, onde a publicação será lançada nesta quarta-feira, durante solenidade de abertura da programação comemorativa dos 180 anos do Senado. Além da edição especial, serão lançados programas da TV e do Rádio Senado, os Anais do Império, o primeiro Regimento Interno da Casa, exposições itinerantes e outras atividades e produtos.

Mostra de documentários da TV Senado no Ceará

Drummond, poeta de um vasto mundo foi o documentário escolhido para iniciar a mostra "Arte e História em Documento", no Centro Cultural Banco do Nordeste do Brasil, em Fortaleza. Durante 2006, aos sábados, o Centro Cultural vai apresentar um documentário da TV Senado. A mostra faz parte do acervo comemorativo dos dez anos de existência da TV.

Além de Drummond, o público vai conhecer também outros ícones da literatura nacional, como Machado de Assis, Ferreira Gullar, Érico Veríssimo e José Lins do Rego, que estão retratados no conjunto de obras da TV. Outros destaques fazem parte da programação, como os documentários sobre a vida da cantora lírica Bidu Sayão, sobre o antropólogo Darcy Ribeiro e o cineasta Glauber Rocha. Os títulos da série ficarão disponíveis para consulta na Biblioteca do Centro Cultural do Banco do Nordeste.

Programa sobre Lévi-Strauss em festival de Goiás Velho

Já *Lévi-Strauss – Saudades do Brasil*, documentário dirigido por Maria Maia, foi selecionado para a mostra competitiva do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental em Goiás Velho (GO).

O programa mostra a experiência do pesquisa-



Lévi-Strauss - *Saudades do Brasil* conta a experiência do antropólogo com índios brasileiros

dor francês Lévi-Strauss com os índios bororos, cadiués e nambiquaras. O pesquisador chegou ao Brasil em 1935 e, junto com Mário de Andrade, participou de expedições aos povos indígenas.

O resultado dessa aventura foi revelado no livro *Tristes Trópicos*, 15 anos mais tarde. O documentário traz entrevistas com o próprio Lévi-Strauss e participação especial de Caetano Veloso. Mais informações podem ser obtidas em www.senado.gov.br/tv.

Conheça o Senado

Taquigrafia remonta ao Brasil Império

A taquigrafia foi introduzida no Brasil por José Bonifácio de Andrada e Silva, patrono da Taquigrafia Parlamentar, com o objetivo de registrar a primeira Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império, em 1823. O evento, ocorrido em 3 de maio daquele ano, teve a presença do imperador dom Pedro I e marcou a data que passou a ser conhecida como Dia do Taquígrafo.

No Senado Federal, atualmente a Subsecretaria de Taquigrafia, órgão subordinado diretamente à Secretaria Geral

da Mesa, é responsável pelo registro das sessões plenárias do Senado e do Congresso Nacional, das reuniões e audiências públicas das comissões e, quando solicitada, de outros eventos patrocinados pela Mesa do Senado.

A execução desse sistema de informações é produto do trabalho dos taquígrafos legislativos (58 pessoas), que permanecem em sessão plenária por dois minutos, para registro taquígráfico dos debates parlamentares; dos taquígrafos revisores (24 pessoas), que

acompanham o trabalho de registro de cinco taquígrafos por vez; e dos supervisores (12 pessoas), que atuam especificamente na redação final dos textos produzidos pelas outras duas áreas de trabalho (Apanhamento e Revisão).

As notas taquígráficas produzidas são imediatamente encaminhadas à Subsecretaria de Ata, que acrescenta documentos relacionados e encaminha o material à Secretaria Especial de Editoração e Publicações (antiga Gráfica), para publicação ainda no mesmo dia.



Os taquígrafos legislativos do Senado registram as sessões plenárias da Casa e do Congresso, as reuniões e audiências das comissões

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e

Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Brasileiros estão de olho no imposto

A soma de todos os bens produzidos pelos brasileiros, o chamado produto interno bruto (PIB), foi de R\$ 1,94 trilhão em 2005, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os impostos pagos pelos brasileiros à União, aos estados e municípios totalizaram 37,82% do PIB, de acordo com levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

Dos R\$ 732,87 bilhões arrecadados em 2005, 70,1% foram de tributos federais, 25,6% estaduais e 4,1% municipais. Na comparação com 2004, os tributos federais, proporcionalmente ao PIB, foram os que mais aumentaram: 3,2%, seguidos dos estaduais, que subiram 3,1%, e dos municipais, que caíram 5,9%. No período 2002/2005, houve aumento real (descontando a

inflação) de 11,72%.

Ainda segundo o estudo, a arrecadação cresceu em 2005 principalmente devido ao aumento do Imposto de Renda (que subiu, proporcionalmente ao PIB, 10,4%), da CSSL (+22,5%), do PIS/Pasep (+3,6%) e do ICMS (+2%).

Além dos impostos quitados na boca do caixa, cada vez que o brasileiro compra um produto, ele paga, embutido no preço, diversos tributos. Assim, todo cidadão paga impostos e é, portanto, um contribuinte.

Os tributos devem retornar ao cidadão em forma de benefícios, como educação, saúde, segurança, previdência. Há vários movimentos no país pela redução dos impostos e por uma aplicação transparente e eficiente dos recursos arrecadados, exigindo que o Estado faça a sua parte.

Tipos de tributos

A Constituição federal define cinco modalidades

► As taxas cobradas sobre a utilização de serviços públicos, prestados ou colocados à disposição da população, como a de coleta de lixo, por exemplo, ou sobre o poder de polícia dos órgãos competentes, como as taxas de inspeção sanitária e de licenciamento de veículos.

► As contribuições de melhoria, cobradas para custear obras públicas que promovam valorização dos imóveis, como, por exemplo, o asfaltamento de ruas.

► Os impostos, usados para financiar as despesas gerais do Estado, como o pagamento de servidores e os investimentos

em obras públicas como escolas, postos de saúde e estradas, em que o benefício é coletivo.

► O empréstimo compulsório, cobrado exclusivamente pela União para atender a emergências, como calamidade pública ou guerra. Um exemplo foi a retenção dos recursos financeiros promovida na presidência de Fernando Collor de Mello.

► As contribuições parafiscais (ou especiais), também cobradas apenas pela União, como as sociais (PIS/Pasep e Cofins); de Intervenção no Domínio Econômico (Cide); ou de interesse de categorias profissionais, como as contribuições sindicais.

Cada cidadão trabalha pelo menos quatro meses por ano para o Fisco

Anos 70	76 (2 meses e 16 dias)
Anos 80	77 (2 meses e 17 dias)
Anos 90	102 (3 meses e 12 dias)
Em 2006	145 (4 meses e 25 dias)

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT)

Dicas - Fique atento na hora de pagar

1. O imposto é devido?

Verifique se pode haver isenção. Alguns municípios isentam do IPTU imóveis pequenos e de baixo valor para aposentados e famílias de menor renda, por exemplo.

2. Os dados estão corretos?

A dica é verificar se as informações do boleto ou do carnê estão corretas. No IPVA, por exemplo, veja se a marca, o ano, o modelo e todos os dados do automóvel estão certos. No caso do IPTU, verifique também, com a imobiliária,

se o valor de venda calculado pela prefeitura está correto. Valores acima do de mercado encarecem o imposto.

3. Pagar à vista ou parcelado?

Há tributos que podem ser parcelados em até 12 vezes. Na quitação à vista, pode haver desconto de até 20%. A escolha depende do seu orçamento.

4. Pague em dia, não fique em dívida.

O contribuinte que não pagar o imposto devido tem o débito inscrito nas chamadas dívidas



ANA VOLPE/JORNAL DO SENADO

Além dos impostos embutidos nos preços dos produtos, o cidadão paga para morar, dirigir, possuir, trabalhar, produzir e empregar

Principais impostos e contribuições pagos no Brasil

Tributos federais

II - Imposto sobre Importação.

IOF - Imposto sobre Operações Financeiras. Incide sobre empréstimos, financiamentos e outras operações financeiras, e sobre ações.

IPI - Imposto sobre Produto Industrializado. Cobrado das indústrias.

IRPF - Imposto de Renda Pessoa Física.

IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Incide sobre o lucro das empresas.

ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

Cide - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Incide sobre petróleo e gás natural e seus derivados, e sobre álcool combustível.

Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. Cobrado das empresas.

CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. É descontada a cada entrada e saída de dinheiro das contas bancárias.

CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Percentual do salário de cada trabalhador com

carteira assinada depositado pela empresa.

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Percentual do salário de cada empregado cobrado da empresa (cerca de 28% - varia segundo o ramo de atuação) e do trabalhador (8%) para assistência à saúde.

PIS/Pasep - Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Cobrado das empresas.

Impostos estaduais

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Incide também sobre o transporte interestadual e intermunicipal e telefonia.

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação. Incide sobre herança.

Impostos municipais

IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

ISS - Imposto Sobre Serviços. Cobrado das empresas.

ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos. Incide sobre a mudança de propriedade de imóveis.

Propostas para mudar o sistema tributário

► **PEC 9/05** - Apresentada pelo senador João Batista Motta (PSDB-ES), essa proposta de emenda constitucional altera dispositivos do sistema tributário nacional referentes à não incidência de tributos e à renúncia de receitas.

► **PLS 42/06** - Proposto pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), autoriza a dedução, do Imposto de Renda Pessoa Física, de despesas com a Previdência Social de empregados domésticos.

► **PLS 58/06** - Apresentado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), estabelece prazo para restituição do IR descontado em excesso na fonte de renda da pessoa física.

► PLSs 80/06 e 149/05

- Do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), permitem à pessoa física deduzir do IR parcela do valor pago para a aquisição de imóvel residencial mediante financiamento e o salário-mínimo pago a empregado doméstico.

► **PLS 152/05** - De autoria do senador Mão Santa (PMDB-PI), permite a dedução das despesas com medicamentos do IRPF.

► **PLS 330/05** - Proposto pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), visa reduzir o IRPF.

Há dezenas de outros projetos sobre tributos tramitando no Congresso. Para consultá-los, acesse as páginas do Senado (www.senado.gov.br) e da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br) na internet.

Informações

Secretaria da Receita Federal
(61) 3412-2000/3000
Esplanada dos Ministérios, Bloco P
Brasília (DF) CEP 70048-900
www.receita.fazenda.gov.br

Acesso às unidades regionais e locais da Receita Federal
www.receita.fazenda.gov.br/AtendContrib/sac/quemequem.htm

Abrapi - Associação Brasileira dos Contribuintes
(47) 3322-0479
R. Ingo Hering, 20 - sala 801
Neumarkt Trade Center Centro
Blumenau (SC) CEP 89010-205
www.abrapi.org.br

Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário
(51) 3061-8730 e 3388-4377
Av. Cândido Hartmann, f50
Curitiba (PR) CEP 80730-440
www.ibpt.com.br

Associação Comercial de São Paulo - Impostômetro
www.impostometro.org.br

Calculadora do Imposto
www.contribuintecidadao.org.br
Feirão do Imposto
www.dcomercio.com.br/feiraomposto/

Movimento Quero Mais Brasil
www.queromaisbrasil.com.br